UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

EDILEINE CARVALHO VIEIRA

“O BARRO CINZENTO PAULISTA”
PRODUÇÃO EM BARRO COZIDO NAS
OLARIAS DO TIJUCUSÚ E DE PINHEIROS
ORDEM DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO ENTRE O SÉCULO XVI E O XIX

SÃO PAULO
2016

EDILEINE CARVALHO VIEIRA

“O BARRO CINZENTO PAULISTA”
PRODUÇÃO EM BARRO COZIDO NAS
OLARIAS DO TIJUCUSÚ E DE PINHEIROS
ORDEM DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO ENTRE O SÉCULO XVI E O XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia, sob orientação do Profº. Drº.
Luiz Armando Bagolin.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

SÃO PAULO
2016

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

© reprodução total

Vieira, Edileine Carvalho

O barro cinzento paulista: produção em barro cozido nas olarias do Tijucusú e de Pinheiros. Ordem de São Bento em São Paulo entre o século XVI e o XIX / Edileine Carvalho Vieira -- São Paulo, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Armando Bagolin.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Versão do título para o inglês: The paulista grey clay: terracota production in Tijucusú and Pinheiros potteries. Saint Benedict's Order in São Paulo between the 16th and 19th centuries.

Descritores: 1. Olarias 2. Argilas 3. Telhas 4. Tijolos 5. Ordem de São Bento 6. Tijucusú I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD29/2016
738.0981

CDD

EDILEINE CARVALHO VIEIRA	“O BARRO CINZENTO PAULISTA” PRODUÇÃO EM BARRO COZIDO NAS OLARIAS DO TIJUCUSÚ E DE PINHEIROS. ORDEM DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO ENTRE O SÉCULO XVII E O XIX.		MESTRADO IEB/USP 2016

EDILEINE CARVALHO VIEIRA

**“O BARRO CINZENTO PAULISTA”
PRODUÇÃO EM BARRO COZIDO NAS
OLARIAS DO TIJUCUSÚ E DE PINHEIROS
ORDEM DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO ENTRE O SÉCULO XVI E O XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Aprovada em   de   de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Armando Bagolin
Universidade de São Paulo

Prof^ª. Dr^ª. Mayra Laudanna
Universidade de São Paulo

Prof^ª. Dr^ª. Cilaine Alves Cunha
Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a Prof^a. Dr^a. Maria José Spiteri Tavoraro Passos, minha professora na graduação, minha orientadora no TCC e amiga, que generosamente acreditou na minha capacidade de pesquisadora e me incentivou a buscar o mestrado na USP.

Agradeço ao Prof^o. Dr^o. Luiz Armando Bagolin que me recebeu em sua sala, ainda como aluna especial e me aceitou como sua orientanda antes mesmo que tivesse iniciado o processo de ingresso ao programa. Obrigada pelo tempo disponibilizado em meu auxílio e pela liberdade dada ao meu processo de trabalho.

Agradeço ao senhor Carlos Pereira Neto, fundador do Museu das Telhas de São Paulo, que gentilmente me recebeu e me mostrou seu acervo de quase 400mil unidades e mais de 200 modelos entre telhas e tijolos. Autorizando que algumas das peças fossem fotografadas e pudessem ser inseridas nesta presente dissertação, além de me presentear com o exemplar de uma telha do período colonial “feita nas coxas” e um tijolo do século XIX, hoje de posse do Prof^o. Dr^o. Luiz Armando Bagolin.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público de São Paulo pelas orientações preciosas sobre onde encontrar possíveis documentos referentes à minha pesquisa, pela ajuda quanto ao uso do espaço físico e manuseio dos documentos tanto originais, quanto transcritos. Agradeço aos responsáveis pelo acervo que autorizaram a fotografar os documentos mediante os critérios dos direitos de uso e que com isso facilitaram em muito, tanto o meu trabalho, quanto o de outros pesquisadores, especialmente no que concerne ao alto custo das cópias anteriormente cobrado.

Agradeço imensamente as bibliotecárias do Arquivo Histórico de São Paulo, sempre muito educadas, interessadas e presentes, especialmente a Tomico M. H. Mitumori e Maria Silvia Troncoso que contribuíram com a pesquisa separando dissertações de diversos pesquisadores sobre o tema abordado, levantando dados sobre as olarias, guardando livros em processo de transcrição, me auxiliando constantemente na busca de exemplares das Atas da Câmara e demais documentos impressos.

Agradeço aos funcionários da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Centro de Documentação Histórica que fizeram uma busca em seus arquivos iconográficos, referentes ao tema da minha pesquisa e localizaram diversas fotos de olarias do século XIX. Especialmente Bruno Bellucci, Jussara Muniz e Monica Jafrate.

Agradeço a Eduardo Polidori que me passou a valiosa informação sobre o material arqueológico da olaria de Pinheiros e o contato dentro da empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda., numa demonstração clara de generosidade acadêmica.

Agradeço ao Drº. Paulo Eduardo Zanettini e o Senhor Rafael de Abreu e Souza, proprietários da empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda. que me cederam sem nenhum ônus uma cópia completa do relatório final sobre a área arqueológica de Pinheiros.

Agradeço a Fernanda Alves que fez a revisão final da minha pesquisa e me socorreu prontamente quando necessário.

Agradeço a Adriana Nazário que me auxiliou na versão do resumo em língua estrangeira que consta no corpo deste trabalho.

Agradeço a minha amiga, Luciana Cavalvanti que atravessou comigo esse período atribulado de pesquisa, vida profissional, familiar e financeira, onde ambas estavam envolvidas no mesmo processo. Grata pelo ouvido disponível quando era exigida, por entender os dias eternos sem respostas as mensagens no celular e por aceitar a não visita a casa nova, entre tantas ausências.

Agradeço a Rozana Garcete que esteve comigo desde o início e que me deu força e incentivo quando me faltava energia. O apoio necessário tanto nos momentos bons, quanto nos ruins e que também trilhou seu caminho nessa busca pelo conhecimento e conquistou seu título de Mestre.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica e que me motivaram a prosseguir, em especial a Amauri Costa Brito, Rita de Cassia Jimenez, Carmem Aranha e Ana Paula Cavalcanti Simioni.

Agradeço a amigos queridos que sempre me deram a força necessária. Ali Ahmad Abou Nassif, Flavia e Fernanda Paradela, Ivete Souza Barreto, Jeferson Santos, Laise e Lilian Grandizoli, Lucyane Dias de Souza, Marinês Ribeiro Rios, Osvaldo Marcílio Jr., Patrícia Monteiro de Carvalho, Samara Abdallah, Sandra Prado, Vanise Souza, Verônica Ventola, Emerson Nobre, entre outros.

Agradeço a Alexandre Magro que me motivou, me pressionou e compreendeu minha necessidade de espaço e tempo para concluir a pesquisa. Obrigada pelo amor, carinho e cuidado.

Especial agradecimento a minha amada mãe Elza Carvalho e irmã Claudia Carvalho Vieira, por darem espaço para estudar, por entenderem a pouca participação em coisas corriqueiras da casa, por ajudarem com pequenas atitudes como realizar pequenas tarefas domésticas sem minha ajuda para que meu tempo rendesse. Agradeço pelas refeições prontas, pelo cuidado, pela paciência de me ouvir inúmeras vezes bradando pelos cantos sobre um assunto de tão pouco interesse a elas e mesmo assim minha irmã o leu dezenas de vezes com o intuito de me ajudar. Meus sinceros agradecimentos, sem vocês teria sido impossível administrar o tempo de estudo com uma carga horária de trabalho de 30 horas semanais lecionando.

Em função da abundância de matéria-prima e da facilidade em moldá-la, foram encontradas peças de barro em todos os continentes, com datações diferenciadas. É fato que as técnicas usadas na fabricação, decoração e queima foram praticamente as mesmas no decorrer da história. Os processos de evolução, experimentação e aperfeiçoamento seguiram as mesmas etapas – das formas toscas até as mais elaboradas, chegando, em alguns casos, ao virtuosismo técnico e estético. DALGLISH, 2008:21.

RESUMO

A pesquisa pretende levantar através de documentação disponível, além de outras fontes, informações sobre as origens da produção em barro cozido nas olarias da Vila de Piratininga, ou como iremos tratá-la aqui, Vila de São Paulo, especialmente sob a administração da Ordem Beneditina, no período entre 1560 e 1870. Trataremos de identificar as técnicas de produção empregadas na elaboração das peças produzidas nestas olarias, como telhas, tijolos, louças, etc, sobretudo, nas olarias da Fazenda do Tijucusú pertencentes à Ordem Beneditina e na olaria da Vila de Pinheiros administrada pelos beneditinos. Investigaremos a documentação disponível sobre as olarias e, pretendemos demonstrar as técnicas e as finalidades de uso das peças ali produzidas, assim como em outras olarias da Vila de São Paulo no período citado, na tentativa de confirmar a existência efetiva de uma indústria oleira consistente e uma mão de obra especializada.

Palavras chaves: Olarias, Tijucusú, Pinheiros, beneditinos, barro cozido, telhas, tijolos, São Paulo.

ABSTRACT

The research intends to raise through available documentation, and other sources, information about the origins of production in terracota in the brick kilns of Piratininga village or how we treat it, Vila Sao Paulo, especially in the administration of the Benedictine's Order in the period between 1560 and 1870. We will try to identify the production techniques used in the preparation of the pieces produced in these brick kilns, such as tiles, bricks, crockery, etc., and especially the potteries of Tijucusú Treasury belonging to the Benedictine Order and the pottery of Pine Village run by the Benedictines. We investigate the available documentation on these potteries and we intend to demonstrate the techniques and the use purposes of there produced parts, as well as in other potteries from the town of São Paulo in the period mentioned in an attempt to confirm the actual existence of a consistent potter industry and a skilled labor.

Keywords: Potteries, Tijucusú, Pinheiros, Benedictine's Order, baked clay, tiles, bricks, São Paulo.

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – As olarias Piratininganas	20
1.1 Indústria oleira	23
1.2 Economia das Atividades Acessórias	27
Capítulo 2 – Gentios de Piratininga	32
2.1 Povoação indígena	34
2.2 Mão de Obra indígena	35
Capítulo 3 – Fazenda do Tijucusú	43
3.1 As olarias do Tijucusú e sua produção	49
3.2 Controle do Estado	51
3.3 Núcleo Colonial de São Caetano	54
Conclusão	62
Abreviaturas dos documentos transcritos	68
Abreviaturas da dissertação	71
Glossário	72
Imagens	75
Anexos	83
1 - Arquivo Treslado da ... de S.Magestade	83
2 - Relação do estado actual deste Mosteiro de S. Bento da Cidade de São Paulo	86
3 - Relação do Estado actual deste Hospício de S. Bento da Villa de Jundiáhy, o qual foi fundado p ^r Estácio Ferr ^a em terras dadas pela Camara da m ^{ma} Villa no anno de 1667	96
4 - Ill ^{mo} e Ex ^{mo} Snr.	98
5 - Livro de Contratos e Numeros das Aldeas	99
6 - Documentos Diversos	100
7 - Relação dos conventos que existem ( ) sua vocação, número de religiosos, inventários dos bens que possuem e sua receita, e deveres, extraída dos esclarecimentos dados pelos Prelados dos mesmos conventos.	101
8 - Título de Propriedade de Colono	102
Fontes	104
Manuscritas	104
Impressas	104
Bibliografia	111

Introdução

A provável existência de olarias na Vila de São Paulo, entre os séculos XVI e XIX, e sua relação com a Ordem Beneditina em registros supérstites é o objeto desta pesquisa. Em particular, abordaremos os relatos disponíveis acerca das olarias da Fazenda do Tijucusú e a da Vila de Pinheiros que estiveram sob a administração desta Ordem.

O período apresentado na pesquisa, apesar de extenso, refere-se aos documentos encontrados até o presente momento, os quais atestam de diferentes maneiras a formação desta indústria oleira na vila. Temos ciência de que cada século apresenta uma especificidade econômica, social e política distinta, mas de acordo com os documentos pretendemos levantar a hipótese de que poucas mudanças ocorreram em relação à produção em barro nestes séculos.

Os documentos verificados se dividiram basicamente em duas categorias: **manuscritos originais** que foram transcritos a partir das regras da Codicologia¹ e da Diplomática tradicional², e os **impressos**, tendo os originais se perdido ou ainda encontrando-se indisponíveis. Entre alguns dos vários documentos impressos tivemos acesso às Atas da Câmara da Vila de São Paulo³ no Arquivo Histórico de São Paulo, o Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento⁴ na biblioteca do Mosteiro de São Bento e os Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo⁵ no Arquivo Público do Estado de São Paulo, além de extensa bibliografia sobre o tema proposto. As imagens coletadas no relatório⁶ sobre o sítio arqueológico *Pinheiros 2*, consideramos como **documentos “físicos”⁷**.

¹ Disciplina que trata dos códices em sua totalidade e nos auxiliou a classificá-los quanto as suas categorias

² Técnica de transcrição onde as abreviações, falhas no texto e ortografia são mantidas na íntegra durante a cópia do documento original.

³ De acordo com Manuel Alves de Souza, no prefácio da primeira edição das Actas, vários documentos desapareceram por conta da desorganização desta repartição, “permanecendo os cadernos das actas, de que se iam desprendendo pouco a pouco as folhas, amontoados ao fundo de uma sala. Tendo a Camara, há muitos annos, deliberado reorganizar a repartição, nomeou um archivista que, pacientemente colleccionou os manuscritos e os mandou encadernar. Não poudesse esse funcionario evitar que uma ou outra folha ficasse intercalada em volume a que não pertencia, facto que se nota frequentemente nos dez ou doze primeiros volumes”. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. I. São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

⁴ Os documentos originais não foram consultados devido as regras monásticas que impedem o acesso feminino ao claustro, local onde os mesmos se encontram guardados. Mas consta uma inscrição no Livro do Tombo do Mosteiro que diz: “Ordenamos que todas as escrituras antigas e aquellas cujas letras estão desaparecendo e com dificuldade se podem ler, ... sejam reconstituídas fielmente para em nada se percam. Constitutiones, 1629, lib. 2, const. 3. p.171”. JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*; p. IX.

⁵ Os documentos originais ainda existem, mas em sua maioria estão em péssimo estado de conservação dificultando o manuseio e consequentemente a leitura. Optamos, portanto, em adotar o material impresso.

⁶ Este relatório e os dados técnicos nele contido relatam uma descoberta recente no campo da arqueologia comercial e, portanto, sujeita a falhas de historicidade. Utilizamos as fotos contidas e atribuídas a suposta olaria de Pinheiros

A nossa maior dificuldade foi encontrar tanto os originais, como os impressos que tratassem da Fazenda do Tijucusú no período anterior à venda da mesma para o governo em 1877. O controle beneditino da fazenda no período colonial é quase inexistente na documentação pública.

A Vila de São Paulo⁸ estava localizada numa porção de terra limitada a leste pelo ribeiro Tamanduateí, do qual se tinha acesso pelo rio Tietê a oeste pelo córrego Anhangabaú ou Córrego das Almas⁹, além de outros rios e seus afluentes. Devemos levar em conta que o rio Tietê aparece em alguns documentos com nomes distintos, como afirma Maria Dick¹⁰ em seus estudos sobre a toponímia paulistana, sendo que o citado rio do planalto, ora denominado Tietê “água verdadeira” aparece também como Anhembí (rio das anhumas), rio Grande ou “rio grande de unas aves añumas” (o mesmo que inhambu ou perdiz).

No capítulo 1 tentaremos sugerir através da documentação o interesse da vila pela criação das primeiras olarias, suas motivações e a importância disso para o ofício dos oleiros. Esse interesse supostamente se deve à situação geográfica da vila às margens dos muitos rios que a serviam. Os documentos indicaram algumas formas como os piratininganos se apropriaram dessa matéria prima abundantemente disponível nas ribas daqueles rios para construções de casas,

---

para nos auxiliar na construção visual da hipótese por nós aventada nesta pesquisa sobre a espacialidade das olarias, os objetos ali produzidos e qual o tipo de manejo do barro utilizado.

⁷ MENEZES, Ulpiano Bezerra. *O objeto material como documento*. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas organizado pelo IAB/ CONDEPHAAT, 1980. “Tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente. Hoje em dia se vem reconhecendo cada vez mais ao objeto a função de documento, p.3”.

⁸ Foram atribuídos à Vila de São Paulo vários denominativos de 1554 a 1598:

Nome da vila e data das atas

Vila de São Paulo (1562, 1563, 1577, 1585)

Vila de São Paulo do Campo (1572)

Vila de São Paulo de Piratininga ou

Vila de São Paulo do Campo de Piratininga (1573)

Vila de São Paulo do Campo de Piratinin/Piratininga (1578)

Vila de Piratinin de São Paulo (1586)

Vila de São Paulo (1598 em diante)

Portanto, adotaremos nesta dissertação o nome de Vila de São Paulo, como foi transcrito nos diversos documentos do Arquivo do Estado e nas Atas da Camara. – DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A toponímia paulistana: formação e desenvolvimento dos nomes da Cidade de São Paulo*; In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.339.

⁹ Rios citados em documentos quinhentistas ou seiscentistas como esclarece Bruno “na banda de Guarapiranga”, “rio arriba Tamanduateí”, “além Geribativa”, “meia légua rio abaixo”, “longe do rio”, “além do ribeiro Moóca. BELMONTE, *No tempo dos Bandeirantes*, p.5 apud BRUNO, Ernani Silva, *História e tradições da Cidade de São Paulo*, p.211.

¹⁰ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A toponímia paulistana: formação e desenvolvimento dos nomes da Cidade de São Paulo*; In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.334.

objetos utilitários e imagens sacras. Nossos estudos se concentraram sobre os dois primeiros usos: primeiro nas construções de casas da Vila de São Paulo, onde empregaram técnicas distintas de manejo do barro, e segundo sobre a fundação das olarias, com informes sobre a organização da profissão dos oleiros e a produção das peças utilitárias de uso comum.

No que concerne ao sistema construtivo da Vila de São Paulo os documentos sugerem que existiam duas técnicas principais: a **taipa de pilão** e a **taipa de mão** e as duas utilizavam como cobertura o sapé. Mesmo após os documentos das atas indicarem o surgimento das primeiras olarias, essas duas técnicas continuaram sendo utilizadas por muito tempo como foi registrado em datas bem distintas: “*q̃ tape de taipa a porta q̃ se abriu na quaza q̃ foi de luis martiz*”¹¹ de 1563, e “*Relação dos trabalhadores da taipa do beco que vai pa. o portão de Franco. Xer. de Santos*”¹² de 1808.

A taipa de pilão¹³ era o sistema construtivo dominante e coexistia com outra técnica, a taipa de mão ou pau-a-pique¹⁴ que era usada geralmente para construção das paredes internas¹⁵ por serem mais frágeis às intempéries.

Já os objetos de uso comum são citados em alguns documentos, como por exemplo, “*que os telheiros fasão sua telha todos por foras e grades iguaes*”¹⁶, “*fizese o pelourinho desta vila na forma e manr^a seguinte de tijolo cozido*”¹⁷, “*Indio Paschoal do Prado Com Sua mulher p.^a*”

¹¹ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. I. São Paulo: Duprat & Cia., 1914, p.23.

¹² *Revista do Arquivo Municipal* *Revista do Arquivo Municipal. N. XIX.* Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1936, p.1’ 26. Os documentos originais que constam nas Revistas do Arquivo Municipal do Arquivo Histórico de São Paulo não foram consultados por impossibilidade de acesso aos mesmos.

¹³ Técnica de origem mourisca praticada pelos portugueses e espanhóis há séculos. Conhecida também pelos negros africanos e de uso comum na Europa, até meados do século XIX. Consiste em amassar com um pilão o barro colocado em formas de madeira, os *taipais*. Os taipais têm somente os elementos laterais, e são estruturados por tábuas e montantes de madeira, fixados por meio de cunhas, em baixo, e um torniquete em cima. Após a secagem, o taipal é desmontado e deslocado para a posição vizinha. E assim sucessivamente. COLLIN, Sílvio. *Técnicas construtivas do período colonial*, 2010. Disponível em: <http://coisasdaarquitetura.files.wordpress.com/2010/06/tijolos-de-adobe001.jpg>

¹⁴ Técnica também chamada de *taipa de sebe*, *barro armado* ou *taipa de sopapo*, que consiste em construir uma estrutura mestra de peças de madeira, cujos nomes são: *esteios* – peças verticais enterradas no solo, *baldrames* – peças horizontais inferiores, e *frechais* – peças horizontais superiores. Entre os esteios e os frechais eram então colocados paus roliços verticais (paus-a-pique), onde eram ligados horizontalmente outros mais finos, compondo uma malha quadrangular. Esta trama era amarrada com cordões de seda, linho, cânhamo ou buriti. Feita a trama, o barro era jogado e apertado com as mãos, daí o nome de *sopapo*. COLLIN, Sílvio. *Técnicas construtivas do período colonial*, 2010. Disponível em: <http://coisasdaarquitetura.files.wordpress.com/2010/06/tijolos-de-adobe001.jpg>

¹⁵ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991, p.118.

¹⁶ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.56.

¹⁷ Idem, p.268.

*irem fabricar telha, e Louça*¹⁸”, e nos ajudaram a criar uma hipótese do que possivelmente foi produzido na indústria oleira da Vila.

Os registros da Câmara da Vila de São Paulo informaram sobre sua própria organização¹⁹, compreendendo de maneira geral, um juiz ordinário, dois vereadores e um procurador, assistidos de almotacel e alcaide, todos eleitos pelos indivíduos mais respeitáveis da Vila – os chamados “homens bons” – aqueles que já tinham exercido governança; isto excluía naturalmente, de acordo com Taunay²⁰, os operários, os mecânicos, os judeus e os estrangeiros.

Desde os primórdios, competia ao juiz ordinário superintender a polícia, fiscalizar diariamente o toque de recolher, prover sobre as estalagens e suas acomodações, verificar se os almotacéis cumpriam seus deveres, aceitar os agravos e apelações, solucionar furtos e fugas de escravos, verificar a produção de moedas falsas, etc.²¹. Aos vereadores cabia informar os juízes ordinários dos problemas e delitos cometidos, cuidar do patrimônio municipal, contratar empreitadas e acordos por jornais, zelar pelos arquivos e prover regras e taxas aos oficiais mecânicos, jornaleiros, mancebos, comerciantes, etc.²² E pelo intermédio do procurador, a Câmara tomava conhecimento dos acontecimentos da República. Era também através do procurador que os populares faziam suas queixas.

Os almotacéis ficavam responsáveis pelas questões diárias, e entre elas encontravam-se examinar as condições das edificações das casas a fim de impedir abusos, de solicitar reparos, limpeza das vias (ruas de terra batida), etc. Como consta em um documento de 1725²³, onde podemos ler, por exemplo, a preocupação com o desenvolvimento social e moral por parte das autoridades da Câmara.

Fazemos a Saber a todos os moradores desta cidade de qualquer qualidade e Condissam que Sejão que da publicaSSam deste nosso edital em diante Limpem as testadas de Seus muros dentro de oJto dias e todos mandem barrer e limpar os Lixos da Rua deFrente de Suas Testadas botando com as mais inmundicias na paragem e Lugar que pellos oFeçiais do Sennado da câmera lhe esta destinado (...) e outroSim nenhuma peSsoa fará despedir para Rua Canos ou Regos dagoa Suja e Fedorenta nem entupir Com Lixos ou munturos.

¹⁸ *Documentos Interessantes Para A História e Costumes de S. Paulo. Vol. V.* São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901, p.108.

¹⁹ A partir da implementação do Código Filipino em 1618.

²⁰ TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *São Paulo nos Primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: História da vila piratiningana*. Coord. Paulo Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.37.

²¹ Id., p.33-34.

²² HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. São Paulo: Estampa, 1965.

²³ *Revista do Arquivo Municipal N. XXI*; Departamento de Cultura São Paulo, 1936; *Ordens Régias*, p.115-116.

Quanto à produção oleira, que era regulamentada pelos vereadores da Câmara, tendo em vista serem eles responsáveis pelos oficiais mecânicos, a documentação encontrada até o presente momento apresentou uma irregularidade de datas em relação a atividade nas olarias piratininganas.

No capítulo 2 trataremos da mão de obra dessa indústria oleira formada supostamente por uma força de trabalho escrava, e neste caso os documentos indicam ser escravos indígenas.

Nos documentos de 1769²⁴ podemos verificar essa hipótese em três registros distintos: nos dois primeiros há o pedido de troca de mão de obra entre aldeias: “*da Aldea de S.Miguel faça apromptar o Indio Paschoal do Prado Com Sua mulher p.^a irem fabricar telha, e Louça a nova Povoação do Ivay*”²⁵, e “*da aldea dos Pinheiros fassa apromptar o Indio Marcello de Castro, com Sua m^{er} e filhos p.^a hirem fabricar telha, e Louça na nova povoação do Ivay*”²⁶. Já o terceiro sugere uma contratação para um fim específico: “*Bernardino de Santo Antonio Indio da Aldéa de S. Miguel a conta do jornal que vencer na expedição de Ivay em fazer telha p.^a a Igreja*”²⁷.

Tendo em vista essas informações, o que denominamos nesta pesquisa de indústria oleira²⁸ seria supostamente um sistema organizado de produção em barro com sua regulamentação, organização espacial e o desenvolvimento de uma mão de obra específica, como sugerem os documentos acima citados.

Não encontramos documentos que registrassem o desenho da planta baixa de uma olaria em nenhum dos períodos citados e que nos auxiliasse no esclarecimento dessa suposta organização espacial. Para tanto, apresentamos algumas hipóteses levantadas por outros pesquisadores²⁹, como com os dados técnicos encontrados no relatório sobre o sítio denominado

---

²⁴ *Documentos Interessantes Para A História e Costumes de S. Paulo*. Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

²⁵ Id., p.108.

²⁶ Ibidem, p.109.

²⁷ Ibid., p.113.

²⁸ Segundo Alambert a sequência do trabalho nas olarias de maneira geral se daria na seguinte ordem: 1) Armazenamento do barro extraído das barreiras, 2) Preparação da pasta, 3) Moldagem das peças, 4) Secagem, 5) Queima e 6) Armazenamento. ALAMBERT, Clara Correia d'. *O Tijolo nas Construções Paulistas do Século XIX*. São Paulo, 1993, p.14 Apud BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a Cerâmica*. SP: Cia Litographica Ypiranga, 1981, p.14.

²⁹ A implantação de uma olaria, de acordo com Alambert, dependeria basicamente de um terreno amplo para a secagem dos tijolos antes da queima, de um forno numa área coberta e obviamente da proximidade das áreas de coleta da argila, como rios e córregos. ALAMBERT, Clara Correia d'. *O Tijolo nas Construções Paulistas do Século XIX*. São Paulo, 1993.

*Pinheiros 2*³⁰. Neste sítio, foram localizados vestígios de uma olaria, com 9 fornos, restos de artefatos, etc. Esses vestígios sugerem a concentração de fornos em um único terreno, lado a lado e com grandes áreas de descarte para peças inutilizadas. Por outro lado, também indica que a produção era de uso coletivo, com uma disposição sequencial de fornos de modo a permitir o desenvolvimento de uma indústria oleira.

A aldeia de Pinheiros passou a ser administrada em 1640 pelos beneditinos no que tangia as almas, como atesta um documento de 1739³¹. Existe a referência de uma olaria em Pinheiros, que segundo Monteiro³², trabalhavam trinta louceiras, diferenciando-se assim os serviços masculinos e femininos, mas não conseguimos confirmar se ela seria a mesma olaria citada no relatório arqueológico.

Alambert³³ afirma que havia grande dificuldade na escolha do barro adequado para a confecção das peças na Vila de São Paulo, pelo fato do barro paulista ser barrento e conter alta porcentagem de areia em sua composição, o que tornava a argila paulista pouco plástica. Mas não fica claro onde se achava o tipo mais apropriado de barro. O título desta pesquisa “O barro cinzento paulista” vem de uma citação de Silva Nigra (1971: 63)³⁴ sobre a boa qualidade do barro utilizado pelos monges na região do Tijucusú.

Nota-se no material das imagens feitas em São Paulo grande diferença com relação às da Bahia; parece que isto deve ser atribuído ao barro cinzento que Frei Agostinho de Jesus tinha de empregar, as mais das vezes. Nas grandes imagens de 1650, São Bernardo e Santo Amaro, usou Frei Agostinho de Jesus o barro de São Caetano, com que hoje se produz a mais resistente cerâmica do Brasil, terreno que era, àquele tempo, propriedade do mosteiro de São Bento, de São Paulo.

³⁰ O Sítio arqueológico *Pinheiros 2*, refere-se a região hoje conhecida como Largo da Batata no bairro de Pinheiros, antiga Aldeia de Pinheiros e foi pesquisada pela empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda, com sede a Rua Estavão Lopes, 133, Butantã, São Paulo, SP, durante o ano de 2011.

³¹ “*Aldea dos Pinhr^{os} distante desta Cid^e legoa e meya: he do Padroado Real, administrada no Espiritual pelos P^{es} Beneditinos*”. Anexo 5. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 79 – Ordem 437 – Livro 219 (1765) - *Receita e despesa – 1 livro de assentamento de contratos, (passagem de rios e caminhos, balsas, entrada na minas), despesas várias (c/ administração de aldeias e outras)*.

³² MONTEIRO, John M. *Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo*; in: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.60.

³³ ALAMBERT, Clara Correia d’. *O Tijolo nas Construções Paulistanas do Século XIX*. São Paulo, 1993, p.14 Apud BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a Cerâmica*. SP: Cia Litographica Ypiranga, 1981, p.31.

³⁴ SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, (monge beneditino). *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade – Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1971.

O barro com areia em sua composição também é chamado de “barro magro” e seu grande problema é ficar quebradiço depois da queima, já o barro com pouco ou nenhuma areia é chamado de “barro gordo” e possui um aspecto liso e é bem mais maleável³⁵.

Mas mesmo com o devido cuidado em retirar o barro das barrancas dos rios e caso os fornos não tivessem sido construídos na maioria das olarias supostamente abertas na Vila, isso não impediria a produção de tijolos ou outras peças de barro. Os adobes³⁶, por exemplo, eram tijolos fabricados com barro cru misturados com capim e secos ao sol.

A suposta relação entre a produção oleira e a ordem beneditina surge na documentação levantada em dois momentos distintos: o primeiro com a fundação das olarias da Fazenda do Tijucusú que trataremos no capítulo 3, sua produção e o levantamento financeiro das mesmas, e o segundo com a descoberta de vestígios de uma olaria no bairro de Pinheiros³⁷, indiciando uma produção efetiva deste setor.

No caso da Fazenda do Tijucusú, vamos aventar uma possível relação entre os beneditinos e seu suposto interesse comercial pelo setor oleiro, estendendo até o Núcleo Colonial, já no século XX. Situando a relação inerente entre o barro e a indústria oleira na região do Tijucusú, hoje São Caetano do Sul. Consta, a princípio nos documentos acessados, duas olarias na fazenda beneditina (1730-1757) e posteriormente a sua venda, a fundação do Núcleo Colonial (1877) com suas diversas olarias que foram sendo fundadas pelos colonos italianos.

---

³⁵ FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes; p.2.

³⁶ Disponível: <http://coisasdaarquitectura.files.wordpress.com/2010/06/tijolos-de-adobe001.jpg>

³⁷ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012.*

Capítulo 1 – As Olarias Piratininganas

De acordo com as Atas da Câmara de São Paulo supomos que a primeira notícia sobre a instalação de uma olaria na Vila de São Paulo data de 06 de março de 1575³⁸, quando surgem dois nomes: Cristovão Diniz e Cristóvão Gonçalves. Em um dos trechos do documento é citada a necessidade de um forno que deveria ser construído em terras que foram doadas a Cristóvão Diniz para a produção de telhas e de como, posteriormente, esta tarefa foi abandonada devido à partida deste oficial para o mar:

a tera olha q' foi dada a cristovão diniz p^a nella fazer o forno e casa e de como assim se obrigou o asinou aqui cõ os ditos officiaes q' lhe mandarão q' fizese petição p^a lhe ser dada a dita tera (...) p^r coanto o dito cristovão diniz se fora p^a o mar e não a querer fazer a dita telha de q' ha dito povo ser necesidade p^r lhe ser dada cõ esa condição³⁹

Em outro trecho do mesmo documento é citada a presença de Cristóvão Gonçalves e seu interesse em produzir as telhas, solicitando que a Câmara recebesse as terras que foram abandonadas pelo oficial anterior, ficando assim com o forno, caso ele já tivesse sido construído:

hapareseo cristovão glz ora morador nesta vila è prezenca de todos dise q' elle se queria vir morar nesta villa e se queria obrigar a fazer telha pr^a ce cobrirem as moradas desta villa p^r ser cousa pr^a inobrecimento della e ser muito necesario cõtanto q' se obrigasè a lhe tomar toda a q' elle fizer e p^r os ditos officiaes verem e a dita telha hera necessaria p^r rezam desta villa estar coberta de palha e corer risco p^r rezam do foguo se cõsertaram cõ o dito cristovão glz da maneira seguinte q' elle fara toda a telha q' for necessaria pr^a a villa se cobrir (...) mandarão q' fizese petição p^a lhe ser dada a dita tera e eu fruituoso da costa escrivão da camara q' o escrevi e diguo q' elles señrs officiaes diserão q' lhe davão a dita tera q' tinham dado a cristovão diniz⁴⁰

O interessante do trecho acima, além do pedido de Cristóvão Gonçalves relativo à sua entrada na Vila para produzir telhas, são os dois itens que relatam sobre uma provável dinâmica social deste período seiscentista: o primeiro é o discurso sobre o enobrecimento das casas com a adoção de coberturas feitas de telhas de barro cozido; e o segundo a busca pela maior segurança

³⁸*Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

³⁹*Id.*, p.67-68.

⁴⁰*Ibid.*

contra ataques dos silvícolas que facilmente incendiavam as casas cobertas de sapé. Na parte final do trecho citado atesta-se que as terras doadas a Cristóvão Gonçalves seriam as mesmas que foram doadas anteriormente a Cristóvão Diniz e que depois foram abandonadas por ele.

Apesar de constar a presença de Cristóvão Gonçalves na vila a partir de 6 de março de 1575, ainda podemos verificar nas atas o registro do uso de palha⁴¹ para a cobertura das casas com certa frequência, inclusive da própria casa da Câmara que, segundo consta, só veio a ter sede própria a partir de 25 de fevereiro de 1619⁴² com a compra da casa de Francisco Roiz Velho; o que talvez indicasse que o forno citado não fora de fato construído.

Tanto é possível a inexistência deste forno ou sua não utilização neste período, que alguns registros demonstram a preocupação da Câmara quanto à relutância do oficial em cumprir com os acordos firmados anteriormente, como vemos na ata de 7 de novembro de 1579⁴³:

tinha por notícia q' cristovão glz se obrigara como de feito se tinha hu termo de obrigasam q' fez e esta no livro da camara estar obrigado a fazer telha pera cobrir esta caza de telha (...) loguo os vreadores acordarão e mandarão visto o recerer o percurador q' ate a primeira camara aparecese cristovão glz a dar rezam por q' não fazia a dita telha conforme a obrigação q' tinha feito com a pena de dozentos res pera as obras do conselho o que loguo ouveram por condenado

E na ata de 22 de julho de 1581⁴⁴, quase dois anos depois, podemos ler:

requereo o percurador do comselho se soubesse quomo estava a caza do comselho q' suas merses mandasem a cristovão glz q' cubrese a dita conforme ao termo atras q' asinou e os ditos oficiais mandaram q' com pena de sem res se notificuase pera dar rezam por q' não cobriu

Devido à escassez de documentos sobre este assunto não nos foi possível levantar os motivos pelos quais, apesar de Cristóvão Gonçalves ter exigido que a Câmara recebesse sua produção de telhas, não tenha cumprido com o que foi acordado entre 1575 e 1581. Mas é

⁴¹ “q' p' ora a caza da cadea e do cõselho estava feita de taipas e as paredes acabadas e a armasam de riba e p' não aver quẽ quizesse llansar na obra q' se lhe havia de fazer pr^a ce cobrir de palha” *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1914, p. 76.

⁴² *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.405-406.

⁴³ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1914, p.151.

⁴⁴ Id., p.182-183.

supostamente na ata de 1585⁴⁵ que o termo – olaria – aparece pela primeira vez: “*cinqueta bracas craveras ariva da ollaria onde ten fr^{co} Alvarez*”; e é neste mesmo ano também que outro morador da Vila, Gonçalo Pirez carpinteiro é convocado para fazer reparos na casa do Conselho: “*asi sera obrigado a cobrir tudo a sua custa de telha*⁴⁶”.

Apesar de todo esse esforço por parte dos juízes, vereadores, almotacéis e demais responsáveis, as pesquisas indicaram que o telhamento da Vila foi muito mais lento do que parece, mas isso não impediu a suposta expansão do ofício. Verificamos um documento⁴⁷ que cita que os oleiros, entre outros “*oficiaes mecaniquos*”, passaram a ter sua própria organização e o seu juiz-de-ofício – Fernando Álvares foi nomeado juiz dos telheiros. Neste período havia também outras organizações profissionais⁴⁸ registradas na Câmara: carpinteiros, ferreiros, tecelões, e sapateiros. A Câmara já recomendava em 19 de janeiro de 1599⁴⁹ que todos os oleiros mantivessem um padrão único de produção:

asi tâben q’ todos os officiaes sejam examinados e tenham juizes de offiço e que os telheiros fasão sua telha todos por foras e grades iguaes porque não são todas por hũa

Com várias denominações essas organizações podem ser consideradas por hipótese, como os primeiros sistemas de uma industrialização organizada dentro da sociedade colonial paulista⁵⁰. Ou ainda, de que semelhante ao funcionamento dessas corporações na Europa, as fundadas na Vila de São Paulo possuíam sua própria hierarquia, com seus mestres, oficiais, aprendizes e jornaleiros, com suas normas de recrutamento, pagamento, “adestramento” dos operários,

⁴⁵ Ibid., p.260.

⁴⁶ Ibid., p.269.

⁴⁷ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.462.

⁴⁸ Nomeadas como Guildas na Europa o nome de corporação ou organização não foi usado na Idade Média (suposto período de origem dessas “instituições”). Os homens e os textos diziam *mesteres* ou *guildes* em França e em Flandres, *ghilds* ou *mysteries* em Inglaterra, *innungen*, *aemter* ou *gewerkw* na Alemanha, *arti* em Itália. HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. São Paulo: Estampa, 1965, p.123.

⁴⁹ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.56.

⁵⁰ Caio Prado afirma que: “Como é regra universal da época, encontram-se as profissões organizadas em corporações. Nada há de particular neste terreno que nos diga respeito: as corporações são dirigidas por juízes e escrivães eleitos por seus pares, e funcionam, no mais, em princípio pelo menos, como suas similares da Europa. Em princípio apenas, porque os laços são menos estreitos, a regulamentação mais frouxa e a fiscalização menos rigorosa; em suma, uma liberdade profissional muito mais ampla e ainda desconhecida na Europa.” JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 37ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1976.

restrições especiais ao direito criativo dos membros sobre sua própria obra, e a subordinação incondicional à loja⁵¹, no caso da Vila de São Paulo, subordinados aos senhores das terras.

Em 23 de maio de 1610⁵², há o registro de uma ata que trata de um acordo entre a Câmara e Fernando Álvares para a construção do Pelourinho, com uma descrição bastante minuciosa sobre o material que deveria ser empregado, sobre os dados “arquitetônicos” como altura, largura, prazos de entrega e os valores que deveriam ser pagos pelo trabalho, incluindo as multas pelo não cumprimento do acordo. E mais uma vez surge a informação da possível existência de fornos na Vila:

que fizesse o pelourinho desta vila na forma e man^a seguinte de tijolo cozido e baro e baro de doze peis em quadra e de tres degraos de alto com degraos de palmo e meo e de fazer o que for necesario p^a que fique bem feito e composto e proporsionado e de altura de vimte e dous palmos do degrao p^a sima e de grousura de quatro palmos por cada fase o que tudo se obriga a fazer por preso e cõtia de seis mil rs.

1.1 Indústria oleira

Há indícios de que os rios incorporavam-se a vida cotidiana da Vila, à medida que atendiam as múltiplas necessidades dos indivíduos, tais como deslocamento, comércio, lazer e fonte de alimentos. E a suposta indústria oleira teria apenas se apropriado do material em abundância, o barro, adequando o material ao trabalho e não o trabalho ao material.

Consta, nas Atas da Câmara⁵³, um documento que atesta a existência de um pequeno porto nos arredores da olaria da Vila de Pinheiros administrada pelos beneditinos e que serviria como um entreposto comercial.

Fazemos saber a toda a pessoa de qualquer calidade a quem esta carta de arendam^{to} viem que por sermos informados que Luis de Barros Souto Mayor morador na passagem dos Pinheiro, termo desta d.^a v.^a havia lançado em prassa

⁵¹ HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Usamos a teoria de Hauser apenas com o intuito de aproximar as atribuições das supostas corporações da Vila com as corporações da Europa, tendo em vista que os juizes de oficio nomeados na Câmara eram possivelmente homens da Corte que vinham para colônia com seus ofícios ali treinados e supostamente moldados por corporações específicas.

⁵² *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.268.

⁵³ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1701-1719)*, Vol. VIII. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Typographia Piratininga, 1916, p.87 a 89.

publica na passaje q̃ está no porto dos d.^{tos} Pinheiros, que por ordem dos officiaes do anno passado se pos em prassa a quem mais desse, e por nos constar serem de sua Mag.^{de} q̃ D.^s g.^{de} a qual está rezistrada nos livros de rezistros a f. 249 vº Ouvemos por bem rematar o dito porto ao dº Luis de Barros Souto mayor por tempo de hum anno por preço e quantia de des mil reis, como consta do termo de arematação q̃ se lhe fes nos livros da câmera a f 52 vº e pª q̃ o dº Luis de Barros Souto mayor logre todos os rendim.^{tos} do d.º porto, emq.^{to} Sua Magestade não man.^{dar} o contrario havemos por bem q̃ toda a pessoa que no d.º porto passar em canoa delle d.º rematador, ou em outra qualquer que por sua ordem estiver, pague quarenta reis por pessoa, e carga, não se exentando de pagar aquellas pessoas, que não levarem carga e nas canoas do d.º passarem

Figura 1
Suposta localização Porto do Veloso⁵⁴.

Há ainda a informação sobre a relação entre as olarias e o porto do Veloso⁵⁵, como também era conhecido o Porto de Pinheiros, através do artigo publicado no “Diário Popular” de 6 de agosto de 1910⁵⁶:

⁵⁴ Desenho da Autora. ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012*, p.340.

⁵⁵ Id.

⁵⁶ REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira: Universidade de São Paulo, 1982, p.69-70.

A população de Pinheiros tem aumentado muito pela abertura de olarias para a fabricação de tijolos e telhas. Este material é muito procurado por construtores, por ser de superior qualidade. A areia extraída do Rio Pinheiros tem ali muita utilidade, mas há dificuldade no seu transporte do rio até as fábricas devido ao mau estado dos caminhos.

No rio Pinheiros existe em número avultado lanchas e canoas que fazem o serviço de transporte do produto das olarias. Há grande tráfego de barcas carregadas de lenha e carvão que aportam em Pinheiros, vindas das matas do Morumby.

Podemos também cogitar a hipótese de uma ligação comercial entre o Porto do Veloso e o Porto Geral de São Bento, o qual estaria localizado às margens do rio Tamanduateí.

Moras, Sastre e Serralvo⁵⁷ afirmam:

Existia ali o Porto Geral, que recebia mercadorias como porcelanas japonesas e chinesas, cutelaria alemã, rendas suíças e francesas, casimira inglesa e outros produtos importados, que chegavam do Porto de Santos. Este antigo porto deu nome a Ladeira Porto Geral.

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio do Livro do Tombo do Mosteiro, descreve a utilidade do Porto Geral para o comércio local (1977: XXVIII):

Costumavam ser transportados pelo rio Tamanduateí mantimentos para serviço do mosteiro e dos moradores. Vinham em canoas monóxilas, isto é feitas de um tronco escavado, muito longas e estreitas, até um desembarcadouro que se chamou por muito tempo o Porto de São Bento ou Porto Geral de São Bento, de onde os produtos eram levados em ombros de índios ou negros por uma rampa muito íngreme que terminava no Largo do Rosário, hoje praça Antonio Prado.

---

⁵⁷ MORAS, Andrea; SASTRE, Priscila T. de Nadai; SERRALVO, Francisco Antonio. *Fenômeno de Vendas: Perspectivas Atitudinais dos Consumidores de Alta Renda na Região da Rua 25 de Março*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p.3.

Figura 2
Suposta localização do Porto Geral⁵⁸.

Figura 3
Possível registro da região do Porto Geral de São Bento. Vista da cidade de São Paulo.
Original manuscrito da Coleção Dr. João Moreira Garcez; 1821⁵⁹.
À direita a torre da Igreja de São Bento e a esquerda a torre do Colégio dos Jesuítas.

⁵⁸ Desenho da Autora. (1800- 1874) EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S. A. – Governo do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios Metropolitanos.

⁵⁹ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, Impr. Oficial, p.369.

A suposta existência desses dois portos e suas possíveis interações com a produção oleira em distintos períodos históricos dialoga com nossa hipótese de que a sugerida circulação dos produtos ali executados indica uma provável relação comercial entre as várias aldeias da Vila de São Paulo.

1.2 Economia das Atividades Acessórias

Apesar das supostas indicações da produção de objetos de uso cotidiano dentro das olarias e da definição específica dos valores cobrados que verificamos em alguns documentos judiciais (semelhantes a notas fiscais), isso não indicava a circulação, neste momento, de moeda ou dinheiro em espécie para a efetuação das transações e acordos financeiros⁶⁰.

O juiz de órfãos era a autoridade responsável pelo “Cofre dos Órfãos”, um dos primeiros estabelecimentos bancários da época, que em 1664⁶¹ declarava-se possuir em moeda e valores a quantia de dezesseis mil cruzados. Ainda que os produtos produzidos na Vila fossem comercializados com valores fixos, muitas vezes estabelecidos pela própria Câmara, a falta de dinheiro em espécie, levou-a a intervir e obrigar que os acordos comerciais se dessem através dos chamados bens da terra, como vemos no registro da Ata da Câmara de 1575⁶²:

o dito cristovão glz da maneira seguinte q' elle fara toda a telha q' for necessaria pr^a a villa se cobrir e dara aos moradores é preco de coatro cruzados o milheiro paguos no dinheiro da tera q' serem mantimentos e carnes e sera e couros e guado bois e vaquas e p^r quos p^r quoanto nesta villa não ha outra fazenda e cada huo dara aquillo è q' cõsertar ao tempo q' lhe vender a dita telha aos moradores a cada huo p^r aquillo q' tiver quer bois quer vaquas quer p^r quos quer sera quer couros quer o q' cada huo tiver de seu e pr^a iso q' lhe avião de dar os ditos sñrs officiaes

Devido à ausência de dinheiro em espécie, como atestam alguns registros das Atas da Câmara, os “bens da terra” possuíam seus valores atribuídos não pela sua importância real, mas

⁶⁰ Segundo Taunay: “Teve o meio circulante brasileiro de ser constituído pela compra de moeda portuguesa e espanhola, em troca das drogas da terra exportadas. Era natural que nas regiões do açúcar se encontrasse muito mais abundante numerário como se dava na Bahia no dizer precioso de Pyrard de Laval em 1610.” TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Obliqpress, 1953, p.130.

⁶¹ Id., p.100.

⁶² *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.67.

pela sua importância simbólica. Possuir terras, por exemplo, não significava ao homem piratiningano ser rico, o que estabelecia a relação de riqueza era o que ele produziria nesta terra, pois essa seria sua moeda de troca: os bens que produzisse em suas testadas.

Outra suposta maneira de valorizar essas terras era acrescentar benfeitorias que possibilitassem a produção das atividades acessórias⁶³, ou seja, os alambiques para a destilação, as prensas para fazer queijo e as olarias ou telhais com seus fornos para a fabricação de telhas⁶⁴. No volume 1 das *Atas da Camara da Vila de S. Paulo*, existem vários registros do ano de 1616 com pedidos de autorização por parte dos moradores da Vila para instalarem moinhos de trigo em seus sítios, o que indicia que tal feito não seria para uma produção de farinha para uso particular, mas sim comercial, aventando a hipótese de uma Vila de São Paulo dinâmica e produtiva.

Belmonte faz uma comparação entre valores de bens diversos para que possamos, mesmo que de maneira anacrônica, nos aproximar do que seriam as relações econômicas ali presentes (1980: 17)⁶⁵:

Êsses chãos, que medem cinco braças, na rua de Paulo da Fonseca, se avaliam em 5 mil réis, já na segunda metade do seiscentismo. Para ter-se uma idéia de como sofrem avaliações aviltantes os terrenos dentro da vila, basta dizer-se que um tacho de cobre de meia arroba vale mais, pois é avaliado, no mesmo inventário, em 5\$120, enquanto um tapanhuno⁶⁶, negro africano, é alvidrado⁶⁷ por 36\$000.

Diante disso podemos concluir por hipótese, que os valores expressos nos registros em diversos documentos consultados eram unicamente uma “unidade de conta” para o controle da Corte e da própria colônia, um meio de agregar valores reais aos produtos ali produzidos. Especialmente caso esses produtos entrassem nas rotas de exportação desenvolvendo assim uma relação sócio econômica com o meio.

No caso da Vila de São Paulo e suas olarias, essa relação sócio econômica teve que se adequar às suas próprias especificidades. As atas descrevem inúmeros conflitos em relação à falta de numerário e como, por diversas vezes, a Câmara teve que atuar de maneira enérgica para

⁶³ JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 37ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1976. Termo usado para definir uma economia de subsistência.

⁶⁴ BELMONTE; *No tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do estado, 1980; p.122.

⁶⁵ Id.

⁶⁶ Dos africanos trazidos ao Pará no séc. XVII, assim denominados os homens negros, na crônica de João Filipe Bettedorff. BELMONTE; *No tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do estado, 1980; Nota de rodapé; p.17.

⁶⁷ Atribuído, imputado, concedido. BELMONTE; *No tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do estado, 1980; Nota de rodapé; p.17.

conter esses conflitos, obrigando os piratininganos a aceitar os bens da terra como forma de pagamento: “*sñrs oficiaes se obriguavão a dar a elle pero fíz de seu trabalho trez cruzados paguos no dinheiro ou fazêda q’ asi ouuer*”⁶⁸.

Portanto os documentos indicam que houve um provável comércio, uma produção e uma relação entre as olarias e os moradores da Vila. Mas devido à ausência de documentos ou ainda diante de lacunas enormes entre um registro e outro não nos foi possível construir um panorama sobre o quanto de fato a indústria oleira impactou no crescimento social ou econômico da Vila. O que nossa pesquisa indicou é que essa indústria se desenvolveu paralelamente ao crescimento da Vila, inclusive com a entrada de oleiros “profissionais” se considerarmos os juizes de ofícios nomeados pela Câmara, como já dissemos. A ausência de registros pode indicar diversas coisas: desinteresse por parte dos representantes da Câmara, períodos de declínio do setor, ou simples perda ou deteriorização dos documentos.

É neste sentido, que levantamos a hipótese de que apesar de não confirmarmos a dimensão dessa provável indústria oleira as técnicas de produção dentro delas não sofreram alterações no decorrer dos séculos, apesar das prováveis mudanças políticas, sociais e econômicas. Isso é sugerido em diversos documentos consultados que indicam que embora tenha existido uma produção oleira, o método construtivo corrente continuou se utilizando do sistema de taipa de pilão até o final do século XIX. O que nos leva a supor que a introdução das olarias com seus tijolos e telhas cozidos em fornos, trouxeram junto com os juizes de ofício da Corte o conhecimento técnico do processo, desenvolvendo uma suposta mão de obra “especializada”, mas sem abandonar as técnicas locais instituídas e sim como elementos complementares, utilizando-se do pressuposto de que o desenho prescinde do material⁶⁹, neste caso o barro em abundância.

Encontramos, por exemplo, várias listagens de prestação de contas de possíveis serviços realizados pelos taipeiros no ano de 1808⁷⁰. Nesses documentos verificamos que um nome

---

⁶⁸ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.95-96.

⁶⁹ Pressuposto baseado nos textos de Leon Battista Alberti e discutido durante as intervenções do orientador, Prof. Dr. Luiz Armando Bagolin, no decorrer do processo de pesquisa.

⁷⁰ *Revista do Arquivo Municipal. N. XIX*. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1936.

aparece repetidamente em várias delas – “Mestre Voipero Bento” – supostamente o oficial mecânico responsável pelo ofício, como podemos verificar no documento de 14 de Fevereiro⁷¹:

Lista dos Voiperos que estão fazendo a taipa do beco q’ Se abrio de fronte o portão de Franco. Xer. do Santos o pedrero que Consertou o xafaris do mesmo lugar xamado o do piques os Carpinteiros que estao ajudando por os marcos nas Ruas no fazendo buracos e abrindo otras Ruas &a. tudo he ----- o Segte.

Carpinteiros.

Estevão Ribeiro dias	5 ½ a	320	1\$760
Joaquim Zacaria	5 a	320	1\$760

Pedreiro

Manoel	4 a	280	1\$120
Inxadas	11 a	1000	11\$000
Mestre Voipero Bento	4 ^{1/2} a	240	1\$080
Angelo	4 ^{1/2} a	120	\$540
João Barboza	4 ^{1/2} a	120	\$540

Em outro documento⁷² aparece o nome do oficial mecânico (que supomos ser da mesma pessoa), com outra designação, mas ainda relacionado a taipa:

Lista das peSoas que trabalhão nas Ruas novas, Rosadores Carpinteiros .....
que trabalhão nas taipas e paredão do beco de Franco.Xer.do Santo Feria do dia
21 de Fevereiro de 1808.

Carpinteiro Estevão	dias 4 3/4 a	320	1\$520
Zacaria.....	4 3/4 a	320	1\$520
Hua foice			\$720

Soma 3\$760

Taipa e Mestre, Bento	4 1/4 a	240	1\$020
Angelo	4 1/4 a	120	\$510
Furtuozo	4 1/4 a	120	\$510

Nesses dois exemplos também podemos verificar os valores distintos entre o mestre taipero e os trabalhadores da taipa, que vem logo abaixo. Pelo mesmo número de dias de trabalho e mesma carga horária o mestre taipero receberia cerca de 2 vezes mais o valor do trabalhador

⁷¹ Id., p.120.

⁷² Ibid., p.125.

comum. E mesmo quando dois mestres eram contratados para o mesmo serviço, o Mestre Bento era exigido por um tempo maior. Documento de «1 de Fev. d 1808 Feria das Ruas Novas da qta. de 13\$610 Rs.»⁷³ :

					Taipa
o Mestre Pedredo Mel. Luis	2	1/2	a	280	\$700
o Mestre ... Bento	4	1/2	a	240	1\$080

Diante desses dados percebemos que o barro foi, supostamente, um componente importante para a Vila, e que existia uma mão de obra específica para os diversos ofícios envolvendo o barro como matéria prima. Mão de obra essa sem a clara definição de sua procedência, alguns documentos falam de escravos negros, outras de escravos indígenas e outros apenas usam o termo “escravos”.

---

⁷³ Ibid., p.126.

Capítulo 2 – Gentios de Piratininga

As Ciências Humanas, com suas diversas linhas de pesquisa já estudaram sistematicamente a utilização da mão de obra indígena, tanto no que se refere à apropriação de suas habilidades culturais e sociais, quanto ao abuso constante que sofreram dentro de todo o território brasileiro. Portanto, não trataremos disso, pois dentro do contexto de nossa pesquisa, o que nos interessa é a suposta utilização da mão de obra indígena nas olarias abertas ao longo do período estudado.

As referências sobre o trabalho indígena aparecem na atas a partir do volume 1 e num primeiro momento indica o uso de seu trabalho de maneira genérica. Em 1563⁷⁴, por exemplo, houve o pedido dos oficiais da Câmara para que não consentissem em libertar os índios por serem poucos os moradores da vila, “*lhe pareseu bem p^a ho povo visto a nesecidade que temos dos índios*”. No documento régio de 28 de outubro de 1725⁷⁵, os oficiais da Câmara solicitaram aos procuradores que requeressem junto à Corte, que os moradores de São Paulo conservassem o direito de administrarem os “gentios da Terra” e que este direito passasse aos seus descendentes:

“porque nam Convem ficarem, os ditos Fora da dita ademenistração por incapazes de se Regerem a Sj mesmo e Sempre depêdem de Serem aSsestidos⁷⁶”

Os documentos acima sugerem o interesse dos colonizadores em manter os índios sob controle para seu benefício pessoal e da Vila.

Supomos que o conhecimento dos índios em relação ao manejo do barro foi muito provavelmente utilizado pelos mestres oficiais nas olarias. O que os documentos não informam é como isso se deu, só o que encontramos foram relatos sobre os apresamentos⁷⁷.

Os diversos campos das Ciências Humanas (antropologia, arqueologia, história, etc), como já dissemos, estudaram, registraram e relataram as diversas formas de utilização do

---

⁷⁴ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915; p.25.

⁷⁵ *Revista do Arquivo Municipal. N. XXI*. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1936

⁷⁶ *Id.*, p.112.

⁷⁷ MONTEIRO, John M. *Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo*; in: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004; p.40.

conhecimento indígena sobre o manejo do barro e as inúmeras técnicas de modelagem apresentada pelas distintas etnias que viveram no território brasileiro, um conhecimento secular inerente dessa população antes mesmo da chegada dos “brancos”.

Os documentos das Atas da Câmara indicaram que o contato entre os colonizadores e os silvícolas não se deu de forma amigável desde o início, muito pelo contrário. Vários registros de 1610 do volume 1 falam sobre os diversos conflitos entre os gentios e os brancos, inclusive citando a atitude dos padres da Companhia de Jesus e as proibições da retirada dos gentios foros da Vila, por receio do prejuízo que isso traria tanto para o serviço geral, quanto para os serviços domésticos.

Os mestres oleiros vindos da Corte provavelmente trouxeram consigo técnicas próprias de manejo do barro que foram apreendidas dentro de suas supostas corporações de origem. Ao chegar à colônia e assumirem seus ofícios junto a Câmara, é provável que tenham introduzido técnicas supostamente diferentes das aqui empregadas, incluindo o uso de distintas tipologias de fornos e, conseqüentemente, obtiveram objetos cerâmicos⁷⁸ onde o manejo, a manufatura e acabamento plástico possuíam suas próprias especificidades.

Nossa pesquisa tenta demonstrar que os objetos produzidos em barro, dentro e fora das olarias, articularam conhecimentos locais com os conhecimentos dos oficiais mecânicos vindos da Corte, num processo nem sempre linear, inclusive com o desenvolvimento de uma mão de obra específica.

---

⁷⁸ Os objetos cerâmicos produzidos no período colonial receberam na década de 60 a terminologia, de acordo com o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Instituto fundado na década de 60) de *Tradição Neobrasileira*, que definiria que os objetos seriam confeccionados por grupos familiares (não índios ou caboclos) com técnicas indígenas e de outras procedências. Ora, diante desta definição os grupos familiares se resumiriam apenas aos colonizadores e supomos que os grupos sociais que compunham a Vila de São Paulo eram mais complexos. Por outro lado, alguns documentos sugerem que esses objetos eram produzidos em olarias, com seus mestres oleiros, com contrato e, portanto, ultrapassaria o contexto apenas familiar. Além disso, os princípios teóricos e empíricos do PRONAPA eram reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito, por muito tempo arraigado na sociedade acadêmica e não acadêmica de que os povos indígenas eram preguiçosos. FUNARI, Pedro Paulo. *A Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências*. Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Cienc. Cult. Vol. 65 nº2 São Paulo, 2013.

2.1 Povoação indígena

O etnônimo Tupi foi usado erroneamente para designar um grupo numeroso de povos indígenas do planalto paulista, o termo aparece em vários documentos (atas, inventários, etc) para denominar genericamente esses diversos grupos indígenas do território piratiningano⁷⁹, onde muito provavelmente existia uma rede de aldeias que se comunicavam entre si, levando em conta o uso dos rios como meio de locomoção, de retirada de alimento e de comunicação, como já dissemos.

Quando analisamos a definição “aldeia” devemos ter cuidado em não associar de maneira anacrônica o termo com a relação direta de um local apenas com população indígena. As aldeias muito provavelmente receberam suas denominações a partir de seus grupos étnicos, mas isso não significava uma definição concreta de a qual grupo esta população pertencia e qual seria a variedade desse grupo em sua totalidade. De acordo com Preziosa⁸⁰, as aldeias se organizavam por relações de parentesco, e, ou, alianças guerreiras.

Entre as aldeias da Vila de São Paulo, temos indícios de algumas de suas denominações em um documento de 1589⁸¹:

consertasen todas as mais pontes e caminhos de ipirangua e birapoeira e pinheiros e da ambuasava (...)
q' hos moradores fassão hos caminhos e pontes como dito he e que o mesmo farão e asin mais os mais p^a a ponte grande e mädarão q' todos os moradores de tejuguasu e pequiri e os de piratininga (...)

Supostamente é neste documento que surge pela primeira vez o registro nas Atas da Câmara do nome Tejuguasu como sendo uma aldeia, e possivelmente uma área habitada.

Outro documento de 1597⁸² cita as aldeias de Pinheiros, Burapoeira, Samanbaitima, Ipirãga, Ururai e Borda do Campo. Aqui supomos que, “Burapoeira” e “Birapoeira” seriam a mesma aldeia escritas com grafias similares, como acontece com vários nomes advindos da

⁷⁹ PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Os Tupis de Piratininga. Acolhida, resistência e colaboração*. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Antropologia), Pontífica Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP, 2008.

⁸⁰ Id.

⁸¹ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915; p.374-375.

⁸² *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.24.

língua indígena. De acordo com Prezias⁸³, a aldeia de Birapoeira deveria situar-se num lugar elevado para escapar das cheias do rio Pinheiros e ser fortificada já que Ibirapuera significa “o que foi cercada por paliçada” de acordo com a língua Tupi. Por outro lado, esta aldeia era cortada pelo rio Pinheiros, o que abre parênteses para a identificação de duas aldeias distintas ao invés de uma. Essas especificidades de localização, toponímia e etnia confirmam a dificuldade em concluir com exatidão dados sobre as aldeias da Vila de São Paulo e seus moradores, especialmente referente à população indígena.

2.2 Mão de Obra indígena

A dificuldade mais importante em identificar a mão de obra indígena cabe ao fato de que, tanto índios quanto negros, recebiam a mesma denominação – escravos – sendo ambos tratados como “peça”. A única diferenciação que pouco aparece é a distinção por “negros da terra”⁸⁴.

Entre 1570 e 1575 D. Sebastião⁸⁵ condenou – por influência dos jesuítas – a prática abusiva do uso da mão de obra escrava indígena da qual não se pagava jornal por serviços prestados, outra referência as práticas instituídas dentro das corporações de ofícios. Para escapar de possíveis sanções, os colonos “improvisavam” os registros dos cativos numa tentativa de simular supostos empregos e evitar a perda dos escravos capturados na “justa guerra”. Em um documento de 1572⁸⁶, os colonos foram notificados de que seria cobrada uma “*pena de seis mil res e dous anos de degredo e da cadea e o degredo p^a bretiogua*” caso cometessem atos “irregulares” com os índios da vila.

Mas existe, em alguns documentos, o registro claro do ofício dos índios dentro das olarias, sugerindo inclusive que a habilidade de alguns deles servia de referência dentro de suas

---

⁸³ PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Os Tupis de Piratininga. Acolhida, resistência e colaboração*. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP, 2008; p.43.

⁸⁴ MONTEIRO, John M. *Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo*; in: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004; p.46.

⁸⁵ TAUNAY, Afonso de Escrangnolle. *São Paulo nos Primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. Coord. Paulo Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.333.

⁸⁶ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.53-54.

vilas. Documentos de 1769⁸⁷, já citados na introdução, informam o remanejamento desses “profissionais” de uma aldeia para outra:

P.^a o Cap.^m mor da Aldea de S. Miguel
O Cap.^m mor da Aldea de S. Miguel faça apromptar o Indio Paschoal do Prado
Com Sua mulher p.^a irem fabricar telha, e Louça a nova Povoação do Ivay.⁸⁸

P.^a o Director dos Pinheiros
O Director da Aldea dos Pinheiros fassa apromptar o Indio Marcello de Castro,
com Sua m^{er} e filhos p.^a hirem fabricar telha, e Louça na nova povoação do
Ivay.⁸⁹

P.^a o Provedor
O Provedor da Fazd.^a Real mande aestir com alguma Couza de vestuário a
Bernardino de Santo Antonio Indio da Aldéa de S. Miguel a conta do jornal que
vencer na expedição de Ivay em fazer telha p.^a a Igreja, e mais obras daquela
Povoação.⁹⁰

Mas a negociação da mão de obra indígena entre aldeias não era prioridade da indústria oleira e sim uma suposta prática entre os piratininganos, um documento de 1782⁹¹ revela que o mesmo acontecia com a indústria de tecelagem de algodão:

O Capitão Mor d’Aldeya dos Pinheiros, logo q. esta lhe for apresentada
escolherá hũa India rapariga, que julgaz com capacidade, e inteligência p.^a
aprender a tecer a fabrica do algodão, e a conduzirá a esta salla do Governo, para
ser mandada à aquelle ensino e depois de estar neste bem instruída, tornará p.^a a
d.^a sua Aldeya para ensinar outras Indias, afim de que luerem com este tão útil , e
não padeção tanta miseria, em q. estão vivendo.

Presumimos que essa transferência de conhecimento não era prioridade de um ofício específico, mas de uma necessidade interna. Também não foi possível definir através da documentação encontrada se os conhecimentos apreendidos dentro das olarias pelos indígenas foram ensinados pelos mestres advindos de Portugal ou se foi uma aprimoração de seus conhecimentos empíricos.

---

⁸⁷ *Documentos Interessantes Para A História e Costumes de S. Paulo*. Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

⁸⁸ Id., p.108.

⁸⁹ Ibid., p.109.

⁹⁰ Ibid., p.113.

⁹¹ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 85, Ofícios do General Francisco da Cunha Menezes (Governador da Capitania) 1782-1786. São Paulo: 1961, p.16.

Só para ilustrar o método do trabalho específico com barro, cuja elaboração de uma peça apresenta até hoje algumas etapas básicas, podemos elencar alguns itens⁹²:

- Coleta da argila
- Limpeza e preparo da argila
- Construção do objeto em si (manufatura)
- Acabamento (tratamento da superfície, inclusive considerando a parte decorativa)
- Tempo de cura
- Queima da peça

Analisando os itens acima e supondo que o manejo do barro se baseia em um conhecimento secular, podemos sugerir que todo o processo teve que se adaptar com a chegada dos mestres oficiais da Corte. Eles tiveram que “re-conhecer” a matéria prima, identificar o tempo de cura das peças referente ao clima de cada região e consequentemente, o tempo de queima levando em conta os diferentes tipos de fornos e a melhor adequação do uso de cada um deles. Uma adequação do material – barro – aos seus saberes artísticos.

Entre os indígenas, a técnica de manufatura empregada era por vezes o manejo conhecido como acordelamento (figura 4), que se caracteriza por construir as peças através da sobreposição de vários rolos compridos de argila (como fios de macarrão) que ao final recebiam o acabamento de alisamento para unir todos os rolos.

Figura 4
Acordelamento⁹³.

⁹² FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

⁹³ DALGLISH, Lalada. *Noivas da Seca. Cerâmica Popular do Vale do Jequitinhonha*. 2ª Ed.; São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p.52.

No sítio arqueológico de *Pinheiros 2*, as peças supostamente apresentavam técnicas mistas⁹⁴ (acordelado, torneado⁹⁵, modelado, moldado e roletado) sugerindo uma interação de fazeres artísticos locais e aqueles trazidos pelos mestres oleiros. Infelizmente não foram encontradas peças utilitárias na área do Tijucusú que nos ajudasse a desvendar as técnicas ali empregadas, temos apenas indícios dos tipos de objetos descritos em documentos.

Depois da manufatura propriamente dita, temos a etapa do acabamento⁹⁶. Nesta etapa é possível supor que o oleiro usava de seu conhecimento empírico para a decoração das peças numa busca emocional de suas raízes. E tendo uma predominância de mão de obra indígena, tudo indica que teremos uma decoração em sua maioria com características indígenas, como podemos verificar nas peças encontradas na área da olaria da Vila de Pinheiros.

Etapas do acabamento:

Tratamento da superfície da peça⁹⁷:

- 1) Alisado – executado logo após a manufatura da peça e com ela ainda úmida, podendo utilizar para isso diversos objetos, tais como pedras lisas, pedaço de madeira, dedo, etc.
- 2) Banho – consiste em aplicar uma camada de “barro líquido a peça” e levá-la imediatamente ao forno.
- 3) Engodo – semelhante ao banho, a peça recebe uma camada de barro líquido, que neste caso tem a intenção de alterar a cor original do barro, o engodo tem de ser aplicado na peça ainda úmida, e só depois de ligeiramente seco ser levado ao forno.

⁹⁴ “Identificamos estrias circulares que evidenciam o uso de uma técnica diferenciada, talvez o uso da roda”. ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012*, p.270.

⁹⁵ Técnica utilizada pelos mestres oficias da Corte, onde as peças seriam moldadas sobre uma roda movida por força humana ou mecânica.

⁹⁶ “No final de 2004, Astolfo Gomes M. Araújo, pesquisador do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretária Municipal de Cultura, encontrou casualmente 14 fragmentos de cerâmica tupi próximo a igreja matriz. Segundo ele, “podemos dizer que a cerâmica é indígena com 100% de certeza. E a decoração é tupi-guarani, típica do período pré-contato”. Este trecho refere-se a Aldeia da Penha. PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Os Tupis de Piratininga. Acolhida, resistência e colaboração*. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP, 2008, p. 39.

⁹⁷ FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes; ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012*; CAPUCCI, Victor Zappi; *Fragmentos de cerâmica brasileira*; São Paulo: Ed. Nacional; 1987.

- 4) Vidragem – o processo é semelhante a aplicação do engodo, mas a consistência é outra, bem mais homogênea, cremosa e líquida. Neste caso, a peça pode ser mergulhada no líquido de vidrar depois da primeira cozedura e voltar ao forno.
- 5) Polimento – com a intenção de lustrar a peça depois da queima, a mesma sofre fricção com diversos objetos resistentes, como por exemplo, pedras, madeira, sementes, etc.
- 6) Pintura – aplicação de pigmento após a queima.

Temos ainda a interferência plástica durante a manufatura da peça com a intenção de efeitos específicos, como desenhos em baixo ou alto relevo, geralmente elaborados com o barro ainda moldável, e a colocação de alças. Vejamos alguns exemplos nas imagens abaixo:

Figura 5

Carimbo – Muito usado em tijolos para gravar o símbolo das olarias⁹⁸.

---

⁹⁸ FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, p.20.

Figura 6
Efeito escovado⁹⁹.

Figura 7
Detalhes de incisões em baixo relevo¹⁰⁰.

⁹⁹ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno situado à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012, Prancha 51.*

¹⁰⁰ Id.

Figura 8
Ondulação feita com os dedos¹⁰¹.

Figura 9
Apliques (asas, alças, adereços, etc)¹⁰².

---

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

Figura 10
Técnica mista – apliques e incisões ¹⁰³.

As características plásticas, que vemos nos fragmentos de artefatos acima, sugerem uma influência de origem indígena se compararmos com peças reconhecidamente Tupi-guarani, como a figura abaixo. Por outro lado, essa “coincidência estética”, pode ser uma característica empírica ao manejo do barro e seu fazer artístico.

Figura 11
Urna funerária Tupiguarani ¹⁰⁴.

Manufaturada na técnica de acordelamento com alguns detalhes plásticos (escovado e incisões) idênticos aos encontrados em algumas imagens apresentadas acima.

¹⁰³ Ibid., Prancha 82.

¹⁰⁴ <https://direitasja.com.br/2012/05/17/a-conquista-do-brasil-parte-ii/>

Capítulo 3 – Fazenda do Tijucusú

A palavra Tijucusú ou Tojuco, vem do tupi, *tijyuc*, e significa grande lamaçal, barreiro grande, charco, atoleiro¹⁰⁵, o que a princípio justificaria o suposto interesse dos monges beneditinos em construir as ditas olarias na região em questão, se pensarmos na abundância de matéria prima disponível para o desenvolvimento desta empreitada. Verificamos ainda que o nome Tijucusú apresentava variações de grafia em outros documentos: Tigucuçu, Tigusú, Tojucusú, Tejuguasú, etc.

A área da fazenda foi sendo formada através de uma série de doações, compras e posses de sesmarias, e mesmo com a consulta aos documentos do livro do tombo do Mosteiro de São Bento nem sempre fica claro se as áreas citadas seriam as mesmas ou apenas terrenos próximos entre si.

Nos registros disponíveis do Mosteiro de São Bento, em 24 de Fevereiro de 1598¹⁰⁶, o nome da fazenda beneditina apresentava a grafia que escolhemos para defini-la durante a pesquisa, – “*Treslado de huã Escritura, que se acha no nosso arquivo de hum capam de terras, que está no Tijucusú com matos virgens, e capoeiras*”. Nesta escritura de venda do terreno herdado de seu pai falecido, a família Rodrigues firma acordo entre irmãos, sendo o comprador final Paulo Rodrigues (Roiz’), que paga o valor de 3\$000 reis pela área.

outros disserão que tudo vendião ao dº comprador Paulo Roiz’ por preço e quantia de três mil reis pª elle e seus herdrºs acendentes descendentes e confessarão perante mim tabalião e testemunhas estarem todos pagos e satisfeitos do dº comprador dos dºs três mil reis e derão (f.31) delles por quite e livre deste dia pª todo sempre e disserão que de hoje por diante dezestião de todo senhorio domínio que nas ditas terras e capão¹⁰⁷.

Em 19 de setembro de 1631, consta o registro de uma doação de dois sítios e terras anexas ao Tijucusú realizada pelo Capitão Duarte Machado aos beneditinos:

Saibam quantos este publico instrumento de escritura de doaçam de terras e citio de Tijucusú de hoje para todo sempre virem como no anno do nascimento de

¹⁰⁵ “Por causa das várzeas barrentas e alagadiças que havia nos vales dos atuais rios Tamanduateí e Meninos”. SOUZA MARTINS, José de. *A escravidão em São Caetano (1598-1871)*. São Paulo: Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama, 1988, p.9.

¹⁰⁶ JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, p.85.

¹⁰⁷ Id., p.86-87.

nosso Senhor Jezu Christo de mil e seis centos e trinta e hum annos em os dezanove dias do mez de Setembro do dito anno nesta vila de Santa Anna das Cruzes de Mogy da Capitania de Sam Vicente da Costa do Brazil &^a. Nesta dita vila nas pouzadas do Capitam Duarte Machado aqui morador donde eu Gaspar dos Reis escrevam da camara desta vila fui chamado a escrever no publico por nam haver Tabaliam nesta vila estando ahi o dito Capitam Duarte Machado e bem sua mulher Joana Sobrinha, e por eles ambos me foi dito a mim sobredito escrevam perante (f.33v) as testemunhas q' se achavam presentes aodiante nomeadas que eles tem por sua no termo da vila de Sam Paulo huãs cazas e citio e assim mais outro sitio pegado com ele cercado de valado no campo e terras de sismaria anexas a eles e capoens o que tudo huma couza, e outra davam e faziam doaçam de hoje p^a todo sempre ao Reverendo Padre Abade do Convento do Patriarca Sam Bento o Snr. Joam Pimentel da Rocha¹⁰⁸

O registro do Auto da Posse da área doada pelo Capitão Duarte Machado, ocorreu dois meses após a doação, em 24 de novembro, com a intervenção do meirinho da vila, o senhor Domingos Fernandes Pinto responsável por se fazer cumprir as ordens da Câmara:

vieram em nossa companhia de mim tabaliam e do dito meirinho os Reverendo Padres Fr. Bernardo das Chagas e Frei Joam da ressureissam religiosos da dita ordem do Patriarca Sam Bento em nome do dito Padre Frei Joam Pimentel da Rocha como seus procuradores e indo outrosi em nossa companhia (f.34v) Manoel Alvares Pimentel e sendo no dito sitio logo eu tabaliam aodiante nomeado e o dito meirinho metemos telhas e terra huãs cazas que no dito sitio achamos e por nós foi dado a posse delas aos ditos Padres na forma sobredita¹⁰⁹

No trecho acima podemos verificar a possível preocupação da Câmara em entregar aos monges as casas que constavam no terreno em condições de serem habitadas, surgindo a indicação da existência de uma possível olaria que teria fornecido as telhas para o suposto reparo, mas não encontramos documentos que confirmassem se os monges de fato tomaram posse das casas e do terreno em questão.

No documento de 22 de maio de 1668¹¹⁰, surge a figura do Capitão Manuel Temudo, onde consta que no ano de 1663 se apossou de campos na região do Tijucusú, onde fez casas e fazenda, e que segundo ele “*dos antigos e emformação q' delles teve se achou haverá oitenta annos q' estava devaluto*”¹¹¹. Se nos basearmos nesta informação, o terreno em questão poderia ser a mesma área comprada por Paulo Roiz em 1598. O documento cita em outro trecho que o

¹⁰⁸ Ibid., p.91.

¹⁰⁹ Ibid., p.92-93.

¹¹⁰ Ibid., p.81 a 84.

¹¹¹ Ibid., p.81.

Capitão Manuel Temudo não foi procurado por nenhum possível herdeiro durante todo o tempo em que morou na região¹¹² para reivindicar a posse.

Na sequência, é registrado no mesmo documento outro capão de terra que corresponderia a área doada pelo Capitão Duarte Machado aos beneditinos em 1631.

outro capam devaluto que parte pela parte do poente ao redor de hum ribero q' corre da parte do sul p^a o norte e o ribeiro se chama do moinho velho, e da parte do sul vay correndo o capam p^a parte do norte sempre rodeado de campos desertos até tornar a entrar no mesmo rio pela parte do norte e porq^{to} nos d^{os} campos em cercuito de meia legoa nunca teve nem tem pessoa alguã curraes nem fazendas mais q' elle Supp^{te} quatro curraes de gado¹¹³.

Este documento indicava que as terras do Tijucusú se dividiam em duas áreas distintas, mas infelizmente o conteúdo da demarcação não estava suficientemente claro para que possamos fazer um mapa da área em questão, pois só é citado como referência cartográfica o rio Tamanduateí e o ribeiro do Moinho Velho. Vejamos:

Demarcação

O qual capam pela parte do poente parte com o rio de tamanduatihi até o sul e dahi já correndo p^a o norte rodeando de câpo até tornar a entrar no mesmo rio p^a o poente e assim mais dahi a quinhentas braças pouco mais ou menos estava outro capam devaluto q' parte pela parte do poente ao redor de hum ribeiro q' corre da parte do sul p^a o norte e o ribeiro se chama do moinho velho e da parte do sul vay correndo o capam p^a parte do norte sempre rodeado de campos desertos até tornar a entrar no mesmo rio pela do norte porquanto nos d^{os} campos em cercuito de meia legoa¹¹⁴

São essas duas áreas que o Capitão Manoel Temudo pede que lhe sejam dadas de forma definitiva, sendo ele atendido em sua solicitação:

Pede a vm^{ce} lhe mandem passar carta de data e sesmarias do primeiro capam e do segundo q' em sua pet^{am} faz menção, e de todos os mais capoens e restingas de mato q' dentro na meia legoa em quadra se acharem devaluto R.M¹¹⁵.

---

¹¹² Ibid.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid., p.83.

¹¹⁵ Ibid., p.81.

Em 5 de julho de 1671¹¹⁶, após a morte do Capitão Manoel Temudo, o então Capitão Fernão Dias Paes arrematou as citadas terras pela quantia de 75\$500 reis e as doou à Ordem Beneditina de São Paulo, através de um acordo firmado entre ele e a Ordem, 21 anos antes. Este acordo se estabeleceu por Fernão Dias Paes ter ficado compadecido diante das precárias condições em que se encontrava o Mosteiro, por volta de 1646, como indica uma carta¹¹⁷ dirigida à Câmara. Diante disso ele firma o acordo em 17 de janeiro de 1650 nos seguintes termos¹¹⁸:

Saybam quantos este publico instrumento de Contrato e composição, deste dia p^a. todo sempre virem q no anno do nascimento de Nosso Snr. Jezu Christo de mil, e seis centos e sincoenta annos aos desasete dias do mez de Janr^o. Do d^o. anno desta villa de San Paulo da Capitania de S. Vicente Estado do Brazil &^a nesta villa no Convento do Patriarca Sam Bento aonde eu Tabalião fui chamado; ahy estavam presentes (...) o Doutor Fr. Gregorio de Magalhaens, e o P. Prez. Fr. Feliciano de Santiago, e o Prior Fr. Jerônimo do Rozario, e os mais Religiozos (...);e bem assim estava presente o capitão Fernão Dias Paes morador nesta dita villa; e logo pelo d^o. Padre (...) e mais Padres do d^o. Convento foy dito a mim Tabalião (...), q elles estavam concertados, e compostos de mão commum, e boa conformidade com elle dito Capitão Fernão Dias Paes, q elle lhe fazia a igrejanova (...), por cujo beneficio, q lhes assim fazia, elles ditos Padres (...) e mais religiozoz lhes Davao a Capela mor da d^a. Igreja p^a. Elle, e p^a. Todos seus herdr^o e descendentes, (...) serem sepultados, (...).

Dentro deste contrato ainda havia o comprometimento do Capitão Fernão Dias Paes em doar anualmente aos beneditinos a quantia de oito mil réis para a conservação da nova Capela, onde teria sepultura junto aos seus, mas também informava que esta quantia deveria ser gerada dentro das próprias terras doadas, ou seja, as terras deveriam produzir renda ao mosteiro.

A posse oficial da doação do Capitão Fernão Dias Paes só foi documentada em 1769 e confirmada em 1771¹¹⁹, mas as terras foram apropriadas antes disso. A capela construída na fazenda em 1717 pelos monges foi dedicada a São Caetano di Thiéne, o santo patrono do pão e do trabalho¹²⁰, nome que mais tarde foi reduzido à capela de São Caetano e posteriormente batizou a futura cidade.

¹¹⁶ Ibid., p.78 a 80.

¹¹⁷ CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)*.

¹¹⁸ JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p. 72-73.

¹¹⁹ Id., p. 88 a 90.

¹²⁰ <http://caderno-memoria-do-abc-publicacao-mensal-do-grupo-memoria-do-abc-da-faculdade-de-sao-bernardo-do-campo-sp-n-1-julho>

A referência nominal sobre a região do Tijucusú aparece nove anos antes do primeiro registro no livro do tombo do Mosteiro de São Bento, em um documento da Ata da Câmara de 7 de dezembro de 1589¹²¹ “*q̃ se fizese a ponte grãde q̃ esta caminho de tejuguasu*”, indicando que a região já fora provavelmente habitada. Mas a data registrada pelos monges condiz, coincidentemente, com a chegada dos beneditinos ao Brasil, como indicou o documento do Arquivo Público do Estado de São Paulo¹²²:

Na era de 1598 chegou a esta terra Fr. Mauro Teixeira mandado pelo P^e. Provincial a missionar estes povos, q’ o receberão com agazalho, e lhe destinarão o lugar prez^{te}. p^a. sua habitação, onde fundou huma pequena Capella com a invocação de S. Bento.

De acordo com Tavares¹²³, os monges mantiveram-se muito mais dentro de suas fazendas do que envolvidos com os aldeamentos, e a ausência de documentos referentes a isso sugere esse isolamento, o que não significava que os monges não possuíam seus índios cativos ou que não administravam aldeias na vila como no caso da Vila de Pinheiros.

Na tese de doutorado de Carréra e Surya¹²⁴, vemos que a atividade econômica da Ordem também estava atrelada a uma fazenda – Fazenda de São Bento de Jaguaribe, situada na área da Sesmaria Jaguaribe em Pernambuco –, o que não nos parece coincidência, mas uma provável condição particular de adequação da Ordem ao novo continente.

Vejamos a descrição espacial¹²⁵ da fazenda em Pernambuco:

Na documentação histórica desta propriedade foram encontradas informações sobre várias unidades construtivas, tais como: uma capela, a casa dos monges e senzalas; uma olaria, onde se fabricavam telhas, tijolos e louças de cerâmica; um engenho de farinha de mandioca; produzia-se sal; cultivavam-se mandioca, arroz, feijão e milho. Além de todas essas atividades produtivas, os beneditinos também possuíam, nesta propriedade, um dos principais fornos da cal desta época, conhecido como Forno da Cal de São Bento.

¹²¹ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.374.

¹²² Anexo 2. Arquivo Público de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798); *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios*.

¹²³ TAVARES, Cristiane. *Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004, p.23.

¹²⁴ CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. *A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina reflexo da estruturação social vigente*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. – Revista de Humanidade. UFRN. Caicó (RN), v.9.n.24, Set/out. 2008.

¹²⁵ Id., Introdução.

Se compararmos grosseiramente a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, em Pernambuco com a Fazenda do Tijucusú, em São Paulo podemos supor, por hipótese, de que esse seria um modelo de sistema construtivo beneditino fundado para custear a manutenção dos mosteiros na América. Para compreender essa relação fizemos o mesmo levantamento de benfeitorias proposto por Carréra e Surya, nos diversos documentos consultados sobre a dita fazenda:

Na documentação sobre esta propriedade foram encontradas informações sobre: uma capela construída em 1717 que foi dedicada a São Caetano di Thiéne¹²⁶, um cercado de valo e taipa com suas cazas de telha¹²⁷, 39 escravos entre homens, mulheres, velhos, novos e meninos¹²⁸, uma olaria fundada em 1730 e outra em 1757 onde se produzia telhas, tijolos, lajotas, ladrilhos, telhões e diversos objetos utilitários¹²⁹, além de alguns bois e vacas¹³⁰ e alimentos.

A possibilidade das fazendas beneditinas serem uma forma de adequação social e econômica ao novo continente é uma hipótese muito provável diante da consulta em uma “Lista de Bens de Raiz” dos beneditinos na cidade de São Paulo, onde são citadas: a Fazenda de Paraty no distrito de Mogi das Cruzes onde se produzia água ardente; a Fazenda de São Bernardo que tinha 26 foreiros que rendiam 34\$640 reis; de Curitiba com 100 vacas; a de Santa Quitéria que possuía um hospício (casa onde se hospedavam os viajantes) na Vila de Parnaíba e que produzia alimentos; a Fazenda de Sarapohy, na Vila de Itapetininga onde se criava vacas e cavalos¹³¹; e o Hospício de São Bento da Vila de Jundiaí que possuía 10 foreiros que rendiam 5\$480 reis, mais bois e vacas¹³².

Essa necessidade em gerar recursos próprios vinha do possível fato, da Ordem Beneditina não estar inclusa na folha real como estariam outras Ordens Monásticas enviadas à América. Os beneditinos estavam a cargo de sua Congregação e a dificuldade de correspondência entre

¹²⁶ <http://caderno-memoria-do-abc-publicacao-mensal-do-grupo-memoria-do-abc-da-faculdade-de-sao-bernardo-do-campo-sp-n-1-julho>

¹²⁷ JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p.78 a 80.

¹²⁸ Anexo 2. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798). *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.*

¹²⁹ CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)*.

¹³⁰ Anexo 2. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798). *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.*

¹³¹ Id.

¹³² Anexo 3. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798). *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.*

Portugal e o Brasil dificultava o envio de uma possível ajuda financeira¹³³. Para se adequar a essa realidade, segundo Tavares¹³⁴, os monges tornaram-se proprietários de fazendas de gados, de engenho, de olarias, além de se dedicarem a lavoura, condição prioritária para sua sobrevivência.

3.1 As olarias do Tijucusú e sua produção

Conseguimos um possível indício da existência das olarias da Fazenda do Tijucusú graças aos inventários que foram feitos a pedido do então ministro de Portugal, Pombal¹³⁵, direta ou indiretamente, para controle das Ordens instaladas em todo o território brasileiro.

De acordo com alguns autores¹³⁶, em 1730 os monges fundaram a primeira olaria da fazenda do Tijucusú, onde de acordo com Taunay (1927: 158)¹³⁷ “viviam oito escravos e onze escravas” e esta olaria passou a fornecer telhas e tijolos para a Vila de Piratininga.

Em outro documento, supostamente, de 29 de Abril de 1757¹³⁸, o D. Abade José de S. Domingos propõem ao Conselho a construção de uma segunda olaria na região do Tijucusú, já que segundo ele, era grande a procura da vila pela cerâmica produzida na primeira olaria. Teria sido, portanto, nesta segunda olaria que os monges teriam supostamente diversificado a produção com a inclusão da manufatura de lajotas, ladrilhos, telhões e louças¹³⁹.

Existem indícios que as olarias do Tijucusú forneceram telhas e tijolos para diversas construções na atual cidade de São Paulo¹⁴⁰. Em agosto de 1757 as olarias teriam fornecido telhas e tijolos para os conventos de São Francisco e Santa Tereza; em 1781, os beneditinos teriam vendido 7.400 telhas à Ordem Terceira de São Francisco; e em 1792, a olaria teria

¹³³ TAVARES, Cristiane. *Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004, p.11.

¹³⁴ Id., p.41.

¹³⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu o título de Conde de Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1769. www.infopedia.pt

¹³⁶ CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)*; TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*. São Paulo: Typographia Ideal, 1927; MARTINS, José de Souza, *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*. São Caetano do Sul, 1957.

¹³⁷ TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*. São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

¹³⁸ Id., Apud Códice 25 do Mosteiro, p.170.

¹³⁹ CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)*.

¹⁴⁰ A Vila de São Paulo foi elevada em 11 de julho de 1711 à condição de cidade de São Paulo através de uma carta régia e recebeu o título de Capitania Geral de São Paulo e Minas de Ouro. LEMOS, Carlos A. C., *Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais*; In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 158.

participado com suas telhas de duas obras importantes para a cidade: a reforma do Palácio do Governo e a canalização do Chafariz da Misericórdia¹⁴¹. Ou seja, caso estas encomendas de fato tenham sido feitas e atendidas, podemos supor que a produção oleira do Tijucusú tenha sido relevante tanto para os beneditinos, quanto para a população da cidade. Infelizmente, devido a impossibilidade de acesso aos arquivos internos do Mosteiro a verificação da veracidade desses contratos foi dificultada até o presente momento.

Mas há a possibilidade de que a produção no Tijucusú tenha sido consistente diante dos indícios de que em 1765¹⁴², o governador D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão – Morgado de Mateus –, enviou amostras das cerâmicas das olarias do Tijucusú para apreciação da corte em Portugal com o intuito de fortalecer a indústria oleira da cidade, mas esse pedido foi ignorado. Não conseguimos encontrar o documento referente a esta ação por parte do governador, mas caso seja verdade, podemos articular vários motivos para a negativa por parte da corte, entre eles, o desinteresse da corte portuguesa pela emancipação financeira da colônia sendo neste momento o foco nas expedições em Minas Gerais pelos veios de ouro.

Em um documento do século XVIII¹⁴³ que servia como inventário dos bens dos conventos de São Paulo aparece citado o trabalho com o barro realizado pelos monges beneditinos, apesar de que podemos verificar que o nome “olaria” não aparece: “*1 sítio denominado S. Caetano que se fabrica telhas e tijolos. A sua despesa absorve a receita*”.

Em uma das listas de inventário das diversas fazendas da Ordem, já citadas, podemos verificar que o documento apresenta, por volta de 1758¹⁴⁴, que o lucro com a olaria de São Caetano só era menor do que o lucro com os juros cobrados pelos monges.

E’ interessante conhecer o valor dos diversos itens dessa receita:

Renda da Sachristia -----	266\$580
Alugueis de casas -----	282\$500
Juros -----	810\$520
Renda da olaria de S. Caetano -----	805\$800
Idem da de S. Bernardo -----	79\$040

¹⁴¹ CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)*.

¹⁴² Id., apud MÉDICI, Ademir. *Martins na Inglaterra, pensando em São Caetano*, in Raizes, nº10, 1994.

¹⁴³ Anexo 7. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 1 (1624-1726). *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios*.

¹⁴⁴ TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*. São Paulo: Typographia Ideal, 1927, p.162.

Fóros -----	51\$955
Renda da officina de ferreiro do mosteiro -	173\$535
Legumes da fazenda de Paraty -----	3\$700
Couros e carne -----	4\$320

E há outro inventário, específico sobre a Fazenda do Tijucusú, de 17 de agosto de 1797¹⁴⁵ que diz:

Esta fazenda cituada no districto desta cid^e em legoa e meia de distancia; acha-se huma fabrica de fazer telhas, e tijolo p^a a reparação do Mostr^o., Igreja, e suas cazas; q' vendidas as sobras, rendem huns annos mais e outros menos ----- 220\$000

A qual fazenda doou a este Mosteiro o Capitam Duarte Machado, onde tinha dous Citios; e hum destes com cazas de morada, em a era de 1631. Se annexou mais a esta fazenda 500 braças compradas em Praça pelo Capitam Fernando Dias Paes, o qual tinha obrigação de dar annualm^e para adorno da Capella Mor 8\$000, e para se libertar desta pensão deo as mencionadas terras.

Tem hum Foreiro nella, q' paga annualm ^e -----	\$800
Achão-se nesta Fabrica	
Boys de Carro -----	\$013
Do amassador -----	\$008
Novilhos -----	\$010
Novilhas -----	\$004
Bezerros deste anno q' foi o rendim ^{to} -----	\$005
Vacas -----	\$021
	<u>61</u>

Depois desses inventários, não conseguimos mais nenhum documento que nos dessem pistas sobre o que aconteceu com as olarias da Fazenda do Tijucusú por cerca de 70 anos, que seria o período de total silêncio entre o último inventário encontrado por nós e o início do processo da venda das terras da fazenda para o Estado.

3.2 Controle do Estado

O processo de venda das terras do Tijucusú e adjacências, iniciou-se a partir 1871 quando a Ordem de São Bento decidiu libertar, sem compensação, todos os seus escravos, mais de quatro

¹⁴⁵ Anexo 2. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798). *Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição* – 54 officios.

mil em todo país, um dia após a assinatura da Lei do Ventre Livre¹⁴⁶, o que obviamente gerou grandes problemas para uma Ordem que hipoteticamente dependia dos produtos produzidos dentro de suas fazendas para sua sobrevivência. Podemos sugerir¹⁴⁷, que a perda da mão de obra escrava¹⁴⁸ gerou uma situação muito difícil para a manutenção dos trabalhos dentro da fazenda. Em 5 de Julho de 1877, é lavrada uma certidão de venda das três fazendas situadas na Freguesia de São Bernardo, incluindo a fazenda em questão¹⁴⁹:

SAIBAM quantos este publico instrumento de escriptura de venda de trez fazendas virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oiten, digo, (f.1v) mil oitocentos e setenta e sete, aos cinco de julho, nesta Imperial Cidade, em meo cartorio, perante mim tabellião, compareceram como outorgantes, digo: como partes outorgantes entre si justas e contractadas, a saber: de um lado como vendedor, o actual Dom Abbade do Mosteiro de São Bento desta cidade, Ex-Geral, Frei Joaquim da Purificação Araujo, representado por seo bastante procurador o Major Hygino José Xavier, conforme a procuração adiante encorporada, na qual lhe são conferidos especiaes poderes para outorgar e assignar nesta escriptura; e d' outro lado.como compradora, a Fazenda Nacional, representada por seo Procurador Fiscal desta Provincia,o Doutor Porfirio Abdagesio Figueira de Aguiar

Neste documento¹⁵⁰, temos informações generalizadas sobre as condições das três fazendas e, portanto, não somos capazes de identificar se todas estariam no mesmo estado de penúria ou apenas uma delas:

me foi dito e declarado que o Mosteiro de São Bento desta cidade, era senhor e possuidor, a justo titulo e há mais de um século, das terras ou fazendas denominadas de São Bernardo, de Jurubatuba e de São Caetano, situadas na freguezia de São Bernardo, Municipio desta cidade e comarca, constante de mattas, campos e algumas antigas e já arruinadas construcções

O fato, é que há uma nota no livro do Tombo¹⁵¹ que indica que houve, por algum motivo desconhecido, uma cortina de silêncio sobre a Fazenda do Tijucusú anterior a 1877, como se nada

¹⁴⁶ MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os "faits divers" na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p.55.

¹⁴⁷ Id., p.59. "Sobre as consequências da libertação dos escravos: O abade frei João de São Bento Pereira, escreve o relato de seu Estado ao Capítulo reunido na Bahia, casa mãe dos beneditinos: '... declaro a este Congresso Capitular qua a libertação dos escravos foi uma verdadeira calamidade para o Mosteiro de São Paulo, e é conveniente e mesmo necessário que seja ele aliviado da excessiva custa com que deve concorrer para a Arca da Congregação'".

¹⁴⁸ Lembrando que a palavra "escrava" não definia a procedência da mão de obra, podendo ser negra ou indígena.

¹⁴⁹ JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p.187.

¹⁵⁰ Id.

antes tivesse sido produzido ali. Também verificamos que na descrição da fazenda de São Caetano não consta a existência de nenhuma das duas supostas olarias, e que há uma grande incoerência entre a descrição feita na certidão de venda “*algumas antigas e já arruinadas construções*”¹⁵² e a do relatório de 24 de setembro de 1874, menos de dois anos antes, mencionado abaixo¹⁵³ “*As casas e capela (...) são construídas de taipa e conservam-se boas, salvo pequenos reparos*”.

Nicolau d’ Atoghino apresenta a João Teodoro Xavier, presidente da Província, um relatório detalhado sobre a Fazenda de São Caetano, para eventual compra e emprego na colonização. As terras são consideradas terras de mantimentos. Nela “há bonitos pés de café e fruteiras. As casas e capela (...) são construídas de taipa e conservam-se boas, salvo pequenos reparos...” Há também senzalas, todo o conjunto fechado de muros de taipa. As terras são ocupadas por foreiros e as benfeitorias da Fazenda são avaliadas em Rs. 37:000\$000 (trinta e sete conto de réis)¹⁵⁴.

Podemos pressupor duas possibilidades, a primeira é de que as olarias já estariam desativadas a bastante tempo e provavelmente em péssimo estado, ou segundo de que a retirada da existência das olarias deste relatório tenha sido parte de uma manobra para diminuir o valor das benfeitorias, especialmente ao verificarmos que as três fazendas foram vendidas por um valor muito menor do que aquele aventado por Nicolau d’Atoghino em seu relatório.

Escritura de venda que faz o Mosteiro de São Bento desta cidade de trez fazendas que possui na Freguezia de São Bernardo deste município, denominadas, São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba, à Fazenda Nacional, pela quantia de deseseis contos de reis – São Paulo, cinco de Julho de mil oitocentos e setenta e sete¹⁵⁵.

Ou seja, o levantamento do relatório que atribuiu só a Fazenda de São Caetano o valor de 37:000\$000 (trinta e sete contos de réis) é desconsiderado e as três fazendas são vendidas conjuntamente por 16:000\$000 (dezesseis contos de réis), uma quantia infinitamente menor.

---

¹⁵¹ Ibid., nota de rodapé, p. 296.

¹⁵² Ibid., p.187.

¹⁵³ MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p.57.

¹⁵⁴ Id.

¹⁵⁵ JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade São Paulo*, 1977, p.190.

Em 28 de julho de 1877, menos de um mês após a venda, é inaugurado o Núcleo Colonial de São Caetano (figura 12).

Figura 12

Mapa do que seria a área do Município de São Caetano e a área do Núcleo Colonial¹⁵⁶.

3.3 Núcleo Colonial de São Caetano

Migraram para o Núcleo Colonial de São Caetano em 1877, a princípio, dois grupos de italianos vindos de Gênova¹⁵⁷:

Da província de Treviso, em junho:

¹⁵⁶ Desenho da Autora. Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 3, Número 5, julho/1991, p.41.

¹⁵⁷ <http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg13/Reg13SaoCaetano.htm> Os registros dos nomes são apenas dos chefes das famílias e não foi possível verificar quantos eram os membros de cada família.

Antonio Gallo, Antonio Martorelli, Antonio Garbelotto, Caetano Garbelotti, Celeste Pantallo, Domenico Bontan, Domenico Perin, Eliseo Leoni, Emílio Rossi, Francesco Fiorotti, Francesco De Martini, Filippo Roveri, Giacomo Dalcin, Giovanni Moretti, Giuseppe Braidó, Giovanni De Nardi, Giovanni Thomé, Giuseppe De Savi, Giuseppe Salla, Luigi D'Agostini, Modesto Castelotti, Natale Furlan, Pietro Pessotti, Paolo Martorelli, Pasquale Cavana e Tommaso Thomé.

Da província de Mântua, em dezembro:

Luigi Baraldi, Francesco Coppini, Isacco Coppini, Francesco Carnevalle, Francesco Ferrari, Modello Dionisio, Gennaro Luciani, Giovanni Vicentini, Francesco Modesto, Eugenio Modesto e Domenico Vicentini.

Num primeiro momento, segundo consta, o trabalho dentro do Núcleo foi agrícola, mas há indícios que logo em seguida, as várzeas compreendidas entre o rio Tamanduateí e córrego dos Meninos despertou o suposto interesse dos colonos pela atividade com o barro¹⁵⁸.

Mais uma vez, a presumida disponibilidade de matéria prima em abundância fez surgir nas antigas terras do Tijucusú as primeiras olarias independentes, assim que a posse dos terrenos passou a ser concedida aos italianos por volta de 1880. Podemos verificar a transferência de posse através de um registro de título de propriedade de 12 de março de 1891, concedido a um colono cujo nome constava da primeira lista dos imigrantes vindos de Treviso. Foi pago pelo lote o valor de 7\$830 reis.

Fazemos saber que, tendo o colono De Nardi Giovanni comprado o lote de terras nº 24 sito em São Caetano designado no mappa do Nucleo Colonial de São Caetano, no verso descripto, contendo a área de 1500 braças quadradas ou 7.260 metros quadrados, à razão de - - - - - por braça quadrada ou por 4,84 metros quadrados, e, achando-se quite com a fazenda publica, fica o mencionado colono De Nardi Giovanni investido do direito de propriedade nas terras comprehendidas no mesmo lote.¹⁵⁹

Não foi possível localizar documentos oficiais sobre a abertura dessas olarias, mas conseguimos registros fotográficos¹⁶⁰ de algumas delas que nos auxiliaram na verificação de suas

¹⁵⁸ Id.

¹⁵⁹ Anexo 8. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Centro de Documentação Histórica. Caixa 3 – Documento 60

¹⁶⁰ As fotos que se encontram guardadas no Banco de dados fotográficos da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul foram, em sua totalidade, doadas pelos familiares remanescentes dos imigrantes. Grande parte ainda morador da cidade de São Caetano.

espacialidades, do material ali produzido e das prováveis datas de seus funcionamentos. E segue, quando possível, a foto dos tijolos produzidos em cada olaria, identificados pelos seus símbolos “carimbados” antes da queima¹⁶¹.

Figura 13
Olaria dos Garbelotto (1909)¹⁶².

¹⁶¹ Dentre os diversos exemplares de tijolos antigos do acervo do Museu Histórico Municipal, foi possível, segundo a Fundação Pró-Memória de São Caetano identificar algumas marcas, pois as inscrições nos mesmos quase sempre se referiam às iniciais dos nomes dos chefes da família. Revista Raízes, publicação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Ano XII, Nº 24, dezembro/2001.

¹⁶² Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul- Centro de Documentação Histórica. Banco de dados fotográfico - Código 3349 - Localização Física A1 V4 P223.

Figura 14
Símbolo da Olaria Giácomo Garbelotto¹⁶³.

Figura 15
Operários da Olaria de Carmine Perrella (1909)¹⁶⁴.

¹⁶³ As fotos dos tijolos incluídos neste capítulo fazem parte do acervo fotográfico da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul- Centro de Documentação Histórica.

¹⁶⁴ Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul- Centro de Documentação Histórica. Banco de dados fotográfico - Código 9577 - Localização Física A2 V4 P638.

Figura 16
Operários da Olaria de Carmine Perrella (1915)¹⁶⁵.

Figura 17
Símboloda Olaria de Carmine Perrella.

---

¹⁶⁵ Id., Código 3983 - Localização Física A1 V5 P266.

Figura 18
Olaria da família Barile (1912)¹⁶⁶.

Figura 19
Símbolo da Olaria Antonio Barile.

¹⁶⁶ Ibid., Código: 3348 - Localização física: A1 V4 P223.

Figura 20
Operários da Olaria de Benedito Moretti (1912)¹⁶⁷.

Figura 21
Vista panorâmica de São Caetano do Sul no início de sua formação. Em primeiro plano vê-se a olaria da família Perrella e o casarão da família De Nardi (que hoje abriga o Museu Histórico Municipal). Ao fundo à esquerda a igreja Matriz Velha sem a torre, à direita a Fábrica de Sabão Pamplona e Sobrinho (1900)¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Ibid., Código: 55 - Localização física: A1 V1 P4.

¹⁶⁸ Ibid., Código 7327 - Localização Física A2 V2 P488.

As fotos nos auxiliaram no sentido de reforçar nossa hipótese sobre a dinâmica da indústria oleira através de séculos e a suposta capacidade produtiva da “antiga” Fazenda do Tijucusú. Pelas imagens também podemos verificar detalhes sobre o modo de armazenamento dos tijolos e telhas, a diversidade da mão de obra, muito provavelmente familiar, incluindo mulheres e crianças e também podemos ver as “formas” usadas para a execução dos tijolos (figura 35 e 37).

Em 1905, a vila de São Caetano foi elevada à Distrito Fiscal e posteriormente ganhou o título de cidade. A indústria oleira permaneceu ativa por muitos anos na cidade e mais adiante aconteceu o desenvolvimento do setor de cerâmica na região. A presença beneditina foi temporariamente esquecida, mas a história do barro e sua importância para a cidade de São Paulo permaneceram.

CONCLUSÃO

Nosso interesse durante a pesquisa documental foi pela origem de uma possível produção em barro cozido nas olarias da Vila de São Paulo, especialmente sob a suposta administração da Ordem Beneditina entre os séculos XVI e XIX, e em verificando isso, identificar as possíveis técnicas de produção empregadas na elaboração das peças produzidas nestas olarias, como telhas, tijolos, louças, etc. Ignoramos de maneira consciente vários fatos sobre a história da fundação de nossa cidade, não por entendê-los irrelevantes, e sim para direcionar a pesquisa de acordo com o levantamento da documentação disponível e acessada. Neste sentido, a documentação encontrada indicou a veracidade da hipótese levantada, ainda que não tenha sido possível dimensionar esse processo ou fazer um paralelo com o desenvolvimento da Vila.

As Bandeiras, a divisão do controle territorial entre espanhóis e portugueses, a presença dos jesuítas na Vila, o conflito entre Pombal e as Ordens Monásticas, até a expulsão dos jesuítas do território brasileiro e outros vestígios históricos, supostamente não alteraram, como indica alguns documentos, a hipotética atividade de uma indústria oleira e seus métodos internos de trabalho (coleta, preparo do barro, manufatura e transporte) por gerações.

De acordo com a documentação consultada alguns bairros atuais que estão na base da formação de São Paulo apresentavam algum tipo de relação com o manejo do barro.

Os documentos indicam que o uso do barro, seja para taipa, seja para queima está associado à chegada de oleiros à Vila, e ao interesse por determinado tempo da Câmara pelo desenvolvimento de mão de obra oficiando tais usos.

A documentação contradiz o que foi muitas vezes relatado por diversos pesquisadores acerca da vila ser um lugar atrasado, um local “frequentemente com ar de abandonada¹⁶⁹”, ou ainda, um simples ponto de paragem para a preparação das Bandeiras, onde “os moradores abandonavam tudo para se enfiarem pelo sertão à procura de índios, de esmeraldas, de ouro¹⁷⁰”.

Ao contrário, os registros nas Atas da Câmara indicam um provável potencial comercial da Vila em vários setores e em diversos períodos, como por exemplo, no seu interesse em

---

¹⁶⁹ TAUNAY, Affonso de E. *São Paulo nos Primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. Coordenação de Paulo Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.29.

¹⁷⁰ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. I Arraial dos Sertanistas (1554-1828). São Paulo: Hucitec, 1991, p.81.

regulamentar alguns ofícios desenvolvidos na vila¹⁷¹, nomeando seus mestres oficiais e estabelecendo com isso regras referentes a cada um deles; ou na ata de 1597¹⁷² com a determinação de que a indústria de “marmelada” tivesse suas caixas marcadas a ferro com a marca de cada fabricante; ou o registro da necessidade de mão de obra especializada na fábrica de algodão em 1782¹⁷³ e, além disso, os pedidos registrados no volume 1 das Atas da Câmara para abertura de moinhos de trigo em diversos sítios no ano de 1616. Isso por si só não encerra o assunto sobre qual a dimensão desse potencial comercial, mas indica que havia esse potencial em diferentes momentos e contextos na história da Vila de São Paulo.

No capítulo 1, os documentos indicaram o interesse da Câmara em 06 de março de 1575¹⁷⁴ na criação de uma olaria para o benefício da população, usando inclusive de seu empenho direto para esse fim, com a tentativa de manter os dois primeiros mestres oleiros – Cristovão Diniz e Cristóvão Gonçalves.

Os registros da Câmara sobre a atividade oleira cessaram ao longo do tempo e supomos que isso tenha ocorrido por diversos motivos: ou o ofício estaria funcionando de forma autônoma, ou o juiz de ofício dos oleiros estaria controlando as atividades de maneira adequada dispensando a interferência da Câmara, ou simplesmente pelo declínio da atividade, ou ainda, os registros foram feitos, mas não preservados.

O que a documentação indicou por um longo período é que supostamente houve métodos construtivos distintos, cujo ponto em comum foi o manejo do barro e o uso dos rios que cortavam a Vila de São Paulo convivendo em vários tempos e lugares, registrados ou não.

Mas devido à ausência de documentos ou ainda diante de lacunas enormes entre um registro e outro não nos foi possível construir um panorama sobre o quanto de fato a indústria oleira impactou no crescimento social ou econômico da Vila.

Também levantamos a hipótese no capítulo 1 que essa indústria possa ter se desenvolvido conjuntamente com a abertura de portos que entre outras funções serviriam de ponto de saída e chegada de telhas, tijolos e demais produtos manufaturados nas olarias. Sugerindo a importância

¹⁷¹ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.462.

¹⁷² *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, Vol. II. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, p.24.

¹⁷³ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 85, Ofícios do General Francisco da Cunha Menezes (Governador da Capitania) 1782-1786. São Paulo: 1961, p.16.

¹⁷⁴ *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

da rede hidrográfica para a escolha do local de fundação das olarias, devido à proximidade com o local de coleta da matéria prima e com a viabilidade de transporte da produção pelo mesmo motivo. A suposta existência dos dois portos citados durante a pesquisa, Porto do Veloso e Porto Geral e suas supostas interações com a produção oleira em distintos períodos históricos sugere a circulação dos produtos e indica uma provável relação comercial entre as várias aldeias da Vila de São Paulo.

Se dificuldades existiram no sentido de se abrir os fornos, ou o quanto a ausência de numerário interferiu no crescimento da indústria não ficou claro, o que os documentos indicaram é que houve um suposto comércio e um interesse em desenvolver uma mão de obra própria, inclusive com a mediação entre aldeias, numa suposta troca de mão de obra de escravos “instruídos” no ofício oleiro.

Os documentos indicaram que os valores expressos nos registros consultados eram unicamente uma “unidade de conta” para o controle da Corte e da própria colônia, um meio de agregar valores reais aos produtos ali produzidos, sendo esses produtos pagos com os ditos “bens de terra”, devido a ausência de moeda em espécie.

No capítulo 2, apresentamos documentos que registravam o uso da mão de obra indígena dentro das olarias, tanto na manufatura de objetos de uso doméstico, como tijolos e telhas. Os documentos consultados não deixam claro a condição da mão de obra, alguns documentos os registram como escravos negros, outros como escravos indígenas, ou simplesmente “escravos”, dificultando identificar a procedência da mão de obra local. A única diferenciação encontrada em alguns documentos foi o termo “negros da terra” para especificar os escravos indígenas.

Não nos foi possível comprovar através dos documentos como os índios foram inseridos no ofício oleiro, sequer conseguimos afirmar se foram os mestres oficiais que os instruíram no ofício em questão.

Os silvícolas provavelmente detinham um conhecimento próprio sobre o manejo do barro e os mestres oficiais detinham um suposto conhecimento técnico adquirido em suas corporações de origem, e como se deu essa troca de conhecimento ou sequer se houve essa troca não foi possível verificar em nenhum documento consultado até o presente momento. Caso tenha ocorrido, não aventamos que tenha sido essa troca realizada de forma espontânea, muito pelo contrário, os documentos indicaram diversos conflitos mediados pela Câmara.

Podemos sugerir que todo o processo teve que se adaptar com a chegada dos mestres oficiais da Corte. Supostamente, como dissemos no capítulo 2, eles tiveram que “re-conhecer” a matéria prima, se adaptar ao clima, aos fornos e usar o barro dentro de seus saberes.

O material técnico sobre a olaria na Vila de Pinheiros (*Sítio Arqueológico Pinheiros 2*) nos ajudou com dados visuais (fotos) do que supostamente seriam esses objetos, quais suas tipologias, suas prováveis técnicas de manufatura, a possível definição espacial de uma olaria, os tipos de fornos que estariam usando os piratininganos, etc.

A troca de mão de obra indígena entre vilas, registrada nos documentos de 1769¹⁷⁵ que citamos, tanto pela indústria oleira, como por outras indústrias, indicaram certo movimento da economia interna da vila, não em apenas um setor, mas em vários.

Foi também nesse capítulo que apresentamos através dos estudos de vários autores¹⁷⁶, o provável processo de manejo com o barro, as bases necessárias para a fundação de uma olaria e as possíveis técnicas de manufatura utilizadas tanto pelos mestres oficiais, quanto pelos índios na elaboração das peças.

A documentação disponível sobre a Fazenda do Tijucusú foi apresentada no capítulo 3.

A área da Fazenda do Tijucusú foi sendo formada através de uma série de doações, compras e posses de sesmarias, e mesmo com a consulta aos documentos do livro do tomo do Mosteiro de São Bento nem sempre fica claro se as áreas citadas seriam as mesmas ou apenas terrenos próximos entre si.

Sugerimos de que a fundação da Fazenda do Tijucusú seria uma suposta característica da Ordem em sua adaptação e sobrevivência na América. Comparamos grosseiramente a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, em Pernambuco, estudada por Tavares¹⁷⁷, com a Fazenda do Tijucusú, em São Paulo e sugerimos neste capítulo, por hipótese, de que esse seria um modelo de sistema construtivo beneditino fundado para custear a manutenção dos mosteiros.

---

¹⁷⁵ *Documentos Interessantes Para A História e Costumes de S. Paulo*. Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

¹⁷⁶ FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes; DALGLISH, Lalada. *Noivas da Seca. Cerâmica Popular do Vale do Jequitinhonha*. 2ª Ed.; São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008; ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012*; CAPUCCI, Victor Zappi; *Fragments de cerâmica brasileira*; São Paulo: Ed. Nacional; 1987; etc.

¹⁷⁷ TAVARES, Cristiane. *Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004, p.23.

A possibilidade das fazendas beneditinas serem uma forma de adequação ao novo continente é uma hipótese muito provável diante da consulta em uma “Lista de Bens de Raiz” da Ordem, onde constam 5 fazendas produtivas.

Tivemos acesso a somente alguns documentos fiscais referentes aos rendimentos dessa produção oleira nas fazendas beneditinas, o que impossibilitou uma análise aprofundada sobre a sua contribuição efetiva à Ordem em termos financeiros.

Infelizmente a dificuldade de acesso aos documentos beneditinos, apenas nos possibilitou supor o interesse da Ordem pelo controle da produção desta indústria, uma vez que supostamente o barro cozido forneceu recursos econômicos à manutenção daquela congregação.

Sugerimos através da documentação consultada de que a Fazenda do Tijucusú teve seu papel na então Vila de São Paulo e que mesmo após ser vendida em 1877 para o Estado manteve suas características oleiras durante a criação do Núcleo Colonial de São Caetano.

Podemos observar essa suposta predisposição por este ofício através das fotos das olarias ali fundadas pelos imigrantes italianos tempos depois da criação do Núcleo Colonial. Pelas imagens podemos verificar detalhes sobre o modo de armazenamento dos tijolos e telhas, sua espacialidade, a diversidade da mão de obra, muito provavelmente familiar, e também podemos ver as “formas” usadas para a execução dos tijolos.

Os imigrantes italianos, segundo sugerem os documentos, vieram para o Núcleo Colonial a fim de desenvolver uma economia basicamente agrícola e acabaram por optar pela atividade oleira, assim como os beneditinos anos antes nas terras que lhe foram doadas. Essa opção pode ter se dado por diversos motivos: atividade paralela à agrícola para incremento da renda familiar, por ser uma atividade já exercida no seu país de origem, por conta da quantidade e qualidade do barro, pela dificuldade de lidar com a agricultura diante de distintos tipos de solo, clima, etc. Infelizmente não encontramos documentos que justificassem, mesmo que hipoteticamente, qual o motivo da opção pelo trabalho oleiro.

Diante dos documentos, chegamos à conclusão de que supostamente houve uma indústria oleira na Vila de São Paulo e por vários séculos. Uma indústria que segundo os documentos consultados até o presente momento teve seus registros junto à Câmara durante um período; que envolveu a vinda de “*oficiaes mecaniquos*” vindos da corte; que teve sua atividade ligada a alguns portos; que envolveu mão de obra indígena e seu remanejamento entre aldeias; que serviu aos beneditinos, tanto na suposta Olaria de Pinheiros, como na suposta Olaria do Tijucusú; que

circulou pela Vila, mas não alterou significativamente a forma de construção do período; que sumiu dos registros e ressurgiu após a venda da Fazenda do Tijucusú entre os imigrantes italianos.

ABREVIATURAS DOS DOCUMENTOS TRANSCRITOS

Actas da Camara da Villa de S. Paulo¹⁷⁸

a - anno	pet ^m – petição
btas – botas	pg – pago, pagou
capit ^a , capta - capitania	portro - porteiro
c ^o - Concelho	p ^{odr} , p ^{or} – procurador
cõ – com	porq ^{to} – porquanto
contr ^o - contrario	p ^{to} , pto – porto
cto - conhecimento	p ^r ante, p ante – perante
comp ^a - Companhia de Jesus	p ^r tr ^o - porteiro
ds – Deus	pc ^o - pouco
dez ^o - dezembro	p ^e – padre
drto, dr ^o - direito	precat ^a – precatoria
dr ^o - dinheiro	p ^{te} – parte
drt ^a – direita	q, q~ – que
ẽ - em	q~, quẽ - quem
ef ^{to} – effeito	q ^l – qual
f ^o - filho	q ^l quer – qualquer
f ^o , fto – feito	q ^{tos} – quinhentos
faz ^{das} – fazendas	r ^{ta} – receita
fr ^o , fer ^{os} – ferreiro, ferreiros	resp ^{to} – respeito
fiz – Fernandes	rendr ^o - rendeiro
fr ^a – feira	som ^{te} – somente
frontr ^o - fronteiro	segt ^{es} – seguintes
jurã ^{to} , juran ^{to} , juran ^o - juramento	s ^{or} , sor, sãr – senhor
lv ^o , l ^o - livro	t ^o - termo

¹⁷⁸ Convenções usadas nas atas quanto a transcrição dos documentos: ..... Quando rasgado ou comido por traça; ----- Quando apagado pelo tempo ou umidade; ( ) Quando visível, mas incompreensível. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596)*, Vol. I. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, São Paulo: Duprat & Cia., 1915, Introdução.

l ^a , l ^{ca} – licença	trãqr ^a – tranqueira
m ^{to} , mt ^o - muito	test ^a – testemunha
m ^{do} , md ^o - mandado	t ^{am} , t ^{an} – tabelião
m ^a – maneira	tpo, tpõ – tempo
mag ^c – magestade	vga – verga
m ^{da} – mande	v ^a – villa
m, ms – mercê,mercês	v m – vossa mercê
mr ^o - meirinho	v ^{te} – vinte
morm ^{te} – mormente	v, v ^{te} – Vicente
not ^{on} – notificação	vig ^o , vigr ^o - vigario
ordr ^{os} –ordinarios	vz ^{os} – vizinhos
off ^{os} – officios	v ^{ta} – vista
orden ^o - ordenação	xpto, xpo – Christo
p ^a – pessoa	xpãos – cristãos
p, p ^a – para	

Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo

Abb ^c . – Abade	O. S. B. – Ordem de São Bento
Alz' – Alvez, Alvarez	P. – pede
As. – anos	P. – padre
Auz ^{tes} . – auzentes	P ^{am} . – petiçam
Azd ^o . – Azevedo	P ^c . – padre
Baup ^{ta} . – Baupista, Batista	Porq' – porque
B ^{to} . – Bento	Porq ^{to} . – porquanto
Cap ^m . – Capitão	P ^r . – por
Cf. – conferi	Pr ^{al} . – Provincial
CBB – Congregação Beneditina Brasileira	Preg ^{or} . – Pregador
Comm. – comigo	Prez ^{te} . – presente
Comp ^a . – companhia	Prez ^a . – presença

Comp^{ro}. – companheiro

Con^{cam}. – Conceição

Conf^o. – conferido

Corr^e. – corrente

Dr^o. – dinheiro

Ds. – Deus

Dzbr^o - dezembro

& - etc.

Escr^{am}. – escrivão

Fal^o. – faleceu

Fr^a. – forma

Fr. – frei

G^{al}. – geral

Gd^e. – guarde

G^{el}. – Gabriel

Gls' – Gonçalves

Go^r. – governador

Gr^{de}. – grande

Herdros. – herdeiros

Huã – uma

Ign^{co}. – Ignácio

Just^a. – justiça

Leg^{mo}. – legítimo

Madr^a. – madeira

M^a. – Maria/ minha

M^e. – mestre/ madre

M^{er}. – mulher

M^{dar}. – mandar

Meir^o. – meirinho

M^{mo(a)}. – mesmo/ mesma

Proc^{or}. – procurador

Pto. – Pinto

Q' – que

Q^{tia}. – quantia

R^{do}. – reverendo

Rⁱ. – recebi

R^{mo}. – reverendíssimo

Roiz' – Rodriguez

Rs. – réis

S. – São/ Santo/ Sepultura

S^a. – Silva

S. M. I. – Sua Magestade

Imperial

Siqr^a. – Siqueira

S^{ta}. – Senhora

S ou Ss – seguinte(s)

Som^{te}. – somente

Sup^{dos}. – suplicados

Supp^e. – suplicante

Tab^{am}. ou T^{am}. – Tabelião

Tb. – também

Té – até

Test^{as}. – testemunhas

Test^o - testemunho

Tr^o - termo

Tp^o - tempo

Tt^o - testemunho

V^a. – vila

Valid^e. – validade

Verd^e. – verdade

Verdr^a. – verdadeira

M.R.P. – Mui Reverendo Padre

Nbrº - 9brº - Novembro

Obrig^{am}. – Obrigaçam (obrigação)

O. F. M. – Ordem dos Frades Menores

V. M^{ce}. – Vossa Mercê

Vm^{ces}. – Vossas Mercês

Vont^e. – vontade

X^{er}. - Xavier

ABREVIATURAS DA DISSERTAÇÃO

DPH/PMSP – Departamento do Patrimônio Histórico/ Prefeitura do Município de São Paulo.

IAB/CONDEPHAAT – Instituto de Arquitetos do Brasil/ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GLOSSÁRIO

Abade – Superior de uma Abadia.

Abadia – Mosteiro autônomo.

Adobe – Lajotas feitas de barro, compactadas manualmente dentro de formas de madeira e secas ao sol.

Alcaíde – Chefe de polícia local do período colonial em São Paulo.

Almotacel – Fiscais da Câmara do período colonial em São Paulo.

Apresamento – Captura dos índios durante as bandeiras no período colonial em São Paulo.

Barranca – Encosta dos rios.

Bens de terra – Produtos produzidos dentro das propriedades dos colonos e que eram usados como moeda de troca nas transações financeiras.

Carta de Data – Título de aquisição originária de imóveis livres, ou seja, terrenos abandonados.

Códice – Conjunto de documentos manuscritos, antecessor dos livros.

Cofre dos Órfãos – Estabelecimento com função de banco no período colonial em São Paulo.

Dinheiro de terra – Produtos produzidos pela população e que eram utilizados como moeda de troca na ausência de moeda corrente.

Empírico – conhecimento que se guia só pela experiência; que é fundado exclusivamente na experiência, muito provavelmente passando de uma geração para outra.

Endogêno – Conhecimento gerado no interior, por fatores internos.

Fogos – Casas, moradias.

Foreiro – Ou enfiteuta é o titular de uma propriedade e que detém quase todos os direitos sobre a terra sem ser o dono original e para quem se paga uma taxa anual.

Gentios de Terra – Homens que seguem o paganismo; selvagens; índios.

Guildas – Corporações de ofício; associações que agregava pessoas em torno de um ofício com o objetivo de oferecer assistência, segurança e aprendizado em torno de um determinado trabalho. Algumas eram basicamente familiares.

Homens bons – Aqueles que exerceram governança; homens respeitáveis.

Ir buscar remédios - Captura dos índios durante as bandeiras no período colonial em São Paulo.

Jornaleiros – Obreiros pagos por serviços temporários.

Juiz de Órfãos – Pessoa responsável pelo dinheiro da Vila de São Paulo no período colonial.

Justa Guerra – Termo usado para justificar a invasão e destruição de aldeias indígenas e consequentemente o aprisionamento de índios com o intuito de propiciar segurança a vila colonial.

Loja – Outro nome dados as corporações de ofícios.

Mancebo – Moço, rapaz.

Mecânico ou oficiais mecânicos – Operários de diversas atividades que usavam de suas mãos para o trabalho.

Meirinho – Oficial de justiça cuja função era fazer cumprir as ordens dos oficiais da Camara de São Paulo; prender, citar, penhorar, cumprir mandados. Vem do latim “*majorinus*”.

Modelado – Técnica de trabalho com a argila executado com as mãos num único bloco do material. Geralmente com o uso de um torno.

Moldado – Técnica de trabalho com a argila executado com as mãos num único bloco do material.

Negros da Terra – Índios escravizados.

Pelourinho – Coluna de pedra ou madeira, construída em praça pública usada para castigar os escravos e criminosos.

Prelado – Autoridade eclesiástica dentro da Igreja Católica que tem o encargo de governar ou dirigir; o mesmo que papa.

Prior – Substituto do Abade na ausência dele.

Roletado – Técnica de manufatura de artefatos de argila com o uso de roletes sobrepostos até se obter o formato desejado.

Sapé – Palha.

Sesmaria – Sistema de arrendamento de terrenos abandonados, onde quem os recebia pagava uma pensão aos donatários de capitanias. Esse sistema funcionou até 1812.

Silvícolas – Aqueles que nascem ou vivem nas selvas ou matas; índios.

Soenga – Termo usado em Portugal que define forno para cozer louça.

Torneado – Técnica de trabalho com a argila executado sobre um torno onde o material é moldado enquanto a roda esta girando por ação humana.

Testadas – Terrenos.

IMAGENS

Conjunto de imagens complementares.

Figura 22
Desenho da área total da suposta olaria de Pinheiros¹⁷⁹.

- 1) Área total (984,81m²).
- 2) Setor onde foram encontrados 7 dos 9 fornos dispostos lado a lado.
- 3) Direção do Rio Pinheiros.

¹⁷⁹ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012. Prancha 15.*

Tipologias de vestígios de alguns dos fornos da área citada acima:

Figura 23
Vestígios de um forno encontrado no sítio arqueológico *Pinheiros 2*¹⁸⁰.

Figura 24
Vestígios de um forno com respiros encontrado no sítio arqueológico *Pinheiros 2*¹⁸¹.

¹⁸⁰ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012*, p.141.

¹⁸¹ Id., p.142.

Figura 25
Desenho de Ricardo Sanzi indicando a possível tipologia original dos fornos encontrados no sítio arqueológico *Pinheiros 2*¹⁸².

Prováveis tipologias dos tijolos¹⁸³ supostamente produzidos no período colonial paulista:

Figura 26
Tijolo "burro" ou "ordinário" - o tradicional, maciço de medidas variáveis¹⁸⁴.

¹⁸² Ibid., p.299.

¹⁸³ Utilizamos a mesma referência nominal dos tipos de tijolos produzidos apresentada por Alambert. ALAMBERT, Clara Correia d'. *O Tijolo nas Construções Paulistas do Século XIX*. São Paulo, 1993, p.14 Apud BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a Cerâmica*. SP: Cia Litographica Ypiranga, 1981.

¹⁸⁴ Acervo da Autora. Museu das Telhas.

Figura 27
Tijolo prensado - com o símbolo da olaria. Século XIX¹⁸⁵.

Figura 28
Tijolo do século XIX¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ Ibid.

Figura 29
Tijolo de alvenaria ou ladrilho - mais fino que o tradicional¹⁸⁷.

Figura 30
Tijolo furado: com dois, até seis canais¹⁸⁸.

¹⁸⁷ ALAMBERT, Clara Correia d'. *O Tijolo nas Construções Paulistanas do Século XIX*. São Paulo, 1993. Acervo Divisão de Preservação – DPH/PMSP.

¹⁸⁸ Id.

Prováveis tipologias das telhas supostamente produzidos no período colonial paulista:

Figura 31

Telhas “Capa-e-canal”. Este seria o tipo de encaixe das telhas desde o século XVI até hoje¹⁸⁹.

Figura 32

Telhas moldadas nas coxas (antes da exigência das formas) e que por isso apresentavam tamanhos variáveis devido ao tamanho físico entre os supostos escravos que a produziam¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Acervo da Autora. Museu das Telhas.

¹⁹⁰ Id.

Figura 33
Neste detalhe é possível ver a marca dos dedos impresso na telha¹⁹¹.

Prováveis tipologias dos objetos utilitários supostamente produzidos no período colonial paulista:

Figura 34
Jarro - Peça de uso doméstico¹⁹².

---

¹⁹¹ Ibid.

Figura 35
Recipiente com asa - Peça de uso doméstico¹⁹³.

Figura 36
Recipiente sem asa - Peça de uso doméstico¹⁹⁴.

¹⁹² ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final; Dezembro de 2012.* Prancha 96. Todos os fragmentos dos artefatos do sítio arqueológico *Pinheiros 2* se encontram em exposição no Sítio Morrinhos – Museu/Centro de Arqueologia – DPH/PMSP.

¹⁹³ Id.

¹⁹⁴ Ibid.

ANEXOS

Arquivo Público de São Paulo

Anexo 1

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 1 (1624-1726)

Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.

Arquivo Treslado da ... de S. Magestade

1624

Eu El. Rey faço saber aos que este Alvará virem q' Custodio e mais Religiosos da Custodia de S^{to}. Antonio do Estado do Brazil enviarão dizer por sua petição que no ditho Estado tinham situados alguns Conventos com muito proveito das almas e da Religião Christam e por assim ser havia muitos povos que lhe pedião quizessem fazer outros de novo por a terra ser mui grande, e haver nella muita gente que muitas vezes pela distancia das Igrejas deixavão de ouvir missa, e ai se confessar por carecerem de quem lhes administra-se os Sacramentos tantas vezes, quantas erão necessárias, o que principalmente, e de prezente pedião os Moradores do recôncavo da Bahia e os da Villa de S. Paulo, e outras Capitánias pelo que pedião lhes desse licença para poderem edificar os dittos Conventos, e nas mais partes donde fossem requeridos pois era em tão grande serviço de Deos Nosso Senhor, e proveito das Almas. E visto seu requerimento, e informação, que se ouve pelo Doutor Afonso Gracia Tinoco Dezembargador da caza da Supplicação que o foi na Relação do Estado do Brazil, e o que della contou, hei por bem de lhes fazer mercê de lhes dar licença para poderem edificar os dittos Conventos assim no recôncavo da Bahia, e Villa de S. Paulo, e nas mais partes que lhes parecer onde lhes foi requerido como pedem, consentindo nisso as Camaras com declaração, que darão conta ao Governador do Estado do Brazil, que hora he, e ao diante for, das Capitánias e sítios donde quizerem edificar os dittos Conventos, e sem sua aprovação, e licença o não poderão fazer. E a seus Superiores encarrego muito, que enviem aquelle Estado Religiosos de Letras, e satisfação, e taes quaes se requerem para o ministério da

conversão das Almas. Pelo que mando ao Governador do Estado do Brazil, que hora he, e ao diante for, Chanceller, e Dezembargadores da Relação delle e mais juizes, e justiça, Officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, cumprão este Alvará inteiramente como nelle se contem; o qual será registado nos Livros da ditta Relação, e mais partes necessárias, e valera como carta sem embargo de ordenação em contrario. Pedralves o fez em Lx^a a vinte, e oito de novembro de mil seiscientos e vinte e quatro = Manoel Fagundes o fez escrever = Rey = Alvará A que V. M^e. Há por bem de dar licença ao Custodio e Religiosos de Santo Antonio do Estado do Brazil para poderem edificar Conventos no ditto Estado como pedem consentindo nisso as Camaras com declaração, que darão conta dos Governadores das Capitánias, e sítios donde quizerem edificar Conventos e sem sua aprovação, e licença o não poderão fazer pela maneira asima declarada. Para V. M^e. ver = por carta de S. Magestade de 23 de Fevereiro de 1624 = Nacio fr^a = Dinis de Mello e Castro = FJ = Francisco Vas Pinto = Registado na de ^a ass. 218 = Manoel Ferreira = Fica da eu^{ga} a 6 de Fevereiro de 1628 armas e assignava Miguel Maldonado = Fica registado no Livro de Registos da Relação a f 371 = Mathias Cardozo = Fica registado no Livro dos Registos da Camara da Cidade da Bahia a f 17 hoje 6 de Julho de b bjxxbiüs = Ruy Carvalho Pinheiro.

Copia da Provisão do S^{or} D. Fernando Mascarenhas Conde da Torre, do Conselho de Estado de Sua Magestade, Commendador das Villas do Rosmaninhal, e Santiago de Fonte Arcada, Governador, e Cap^m General de mar, e terra do Estado do Brazil e das Armadas marítimas que nelle se achão.

Por quanto por parte do R^{do}. P^e. Sr. Manoel de Santa Maria Custodio da Custodia de Santo Antonio deste Estado do Brazil, se me propor que Sua magestade lhe tinha coincecido Licença por hum a sua Provizão para poderem novamente edificar neste dito Estado alguns Conventos de sua Religião, e que ein conformidade della queria edificar dois nas Villas de Santos e de S. Paulo, pois estavam de acordo com todos os moradores daquellas ditas Villas, como constava dos aasentos feitos em Camara, e por elles assignados, que me prezentou com a dita Provizão. Em conformidade da qual, a dita obra se não podia começar sem primeiro haverem licença minha como S. Magestade ordena. E considerando eu o grande serviço que disto resulta a Deos Nosso Senhor, e proveito das Almas, e que as Camaras das ditas Villas de Santos e S. Paulo o pedem

com grande fervor. Hei por bem de conceder ao dito P^e. Custodio a licença, que me pede para que possam edificar nas duas Villas referidas os dois Conventos de Sua Sagrada Religião, com declaração que antes que os alicerses de abirão será vizitado o sitio pelo Cap^m. Mor, e Provedor Mor da fazenda das ditas Villas aos quaes hei por encarregado não seja em partes, que possam servir p^a. fortificação, e fortalezas para deffensão da terra. Pelo que mando aos sobredittos e a todos os mais Juizes, e Justiça, a que o conhecimento desta minha Provizão pertencer lha guardem, e facão guardar em todo como nella se contem, a qual será registada nos Livros dos Registos das camaras das ditas Villas, e della se passarão os Treslados que forem necessarios para que assim se ponha em execução esta obra tanto do serviço de Deos e de S. Mag.

Dada essa Bahia sob meu signal e sello de minhas armas ao primeiro de agosto de mil seiscentos, trinta e nove annos = esta vai p^r duas vias = D. Fernando Mascarenhas Conde da Torre = Lugar + do sello – Por mandado de Sua Ex^a. Domingos Gomes Pinto = Há V. Ex^a. P serviço de S. Magestade conceder licença aos Religiosos do Seraphico S. Francisco para fundarem dois conventos nas Villas de Santos e S. Paulo = P^a V. Ex^a. ver.

Anexo 2

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798)

Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.

Relação do estado actual
deste Mosteiro de S. Bento da
Cidade de S. Paulo.

Na era de 1598 chegou a esta terra Fr. Mauro Teixeira mandado pelo P^e. Provincial a missionar estes povos, q' o receberão com agazalho, e lhe destinarão o lugar prez^{te}. p^a. sua habitação, onde fundou hum pequena Capella com a invocação de S. Bento. Passados alguns annos se retirou p^a. a Bahia. No anno de 1610 vindo D. Francisco de Louza Marquez das Minas p^r Governador, e Capitam General desta Capitania, conduzio comsigo do Mosteiro da Cid^e. da Bahia trez Monges, aos quaes a Camera desta Cid^e. lhes conferio a antiga Capella de S. Bento com a mesma cerca, q' existe hoje, e mais hum legoa de terra p^a seo patrimônio, q' perderão os antigos a sua posse.

Tem este Mosteiro prezentem^e. sinco Monges Conventuaes Sacerdotes, e se esperão mais trez q' o P^e. Provincial foi mandar p^a encher o numero dos falecidos. Tem mais dous Donatos.

Bens de Raiz.
Fazenda de Paraty districto de
Mogy das Cruzes

Esta Fazenda consta de hum sorte de terras comprada a Aleixo Roiz Niza por preço de 18\$000 r^s. em a era de 1654 com 500 braças de testada, e legoa de certão, cuja quantia determinou se pozesse a juros, e dos juros se lhe dicesse annulam^e doze Missas, como se observa athe o presente. Por duvidas q' havião com os Confinates, q' erão os Religiosos do Carmo, comprou mais esse Mostr^o. aquelle Convento em 1757 duzentas braças de testada, e hum legoa de certão por 300\$000; e assim mais no anno de 1788 comprou ao mesmo Convento duz^{tas} braças de testada, e meia legoa de certão por preço de 40\$000 q' tudo se annexou a mesma fazenda.

Tem mais 50 braças, e meia legoa de certão, q' deo de esmola Violante de Siqueira na paragem Taquaraê p^r Escritura publica. No anno passado se principiou a exigir hum engenho de assucar nesta fazenda, q' ainda se continua na sua factura, e rende o de assucar -----

-----	18\$380
De aguaardente -----	\$960
Tambem se colhe annualm ^e della em feijão --- Alqr ^{es} . -----	\$050
De milho -----	\$150
De arroz -----	\$040
Tem esta fazenda oito Foreiros nas terras, q' rendem annualm ^e -----	9\$540
Achão-se nesta faz ^{da} p ^a sua labutação	
Bestas -----	\$003
Cavalos -----	\$002
Boys de Carro -----	\$010

Fazenda de S. Caetano

Esta fazenda cituada no destricto desta cid^e em legoa e meia de distancia; acha-se huma fabrica de fazer telhas, e tijolo p^a a reparação do Mostr^o., Igreja, e suas cazas; q' vendidas as sobras, rendem huns annos mais e outros menos ----- 220\$000

A qual fazenda doou a este Mosteiro o Capitam Duarte Machado, onde tinha dous Citios; e hum destes com cazas de morada, em a era de 1631. Se annexou mais a esta fazenda 500 braças compradas em Praça pelo Capitam Fernando Dias Paes, o qual tinha obrigação de dar annualm^e para adorno da Capella Mor 8\$000, e para se libertar desta pensão deo as mencionadas terras.

Tem hum Foreiro nella, q' paga annualm ^e -----	\$800
Achão-se nesta Fabrica	
Boys de Carro -----	\$013
Do amassador -----	\$008
Novilhos -----	\$010
Bezerros deste anno q' foi o rendim ^{to} -----	\$005

Vacas -----	\$021
	61

Fazenda de S. Bernardo

Em 1561 doou a este Mostr^o. Miguel Ayres Maldonado huma legoa de terra pouco mais ou menos principiando desde o Rio Tamandaty rumo direito a procurar hum morro alto chamado picicacudo, com a pensão de dizer huma Missa annualm^e. a 8 de setembro, onde se erigio huma Capella e Caza de Vivenda, e se labuta nella em lavoras, mandioca, feijão, arroz, amendoim p^a azeite do gasto.

Farinha de mandioca p ^r anno --- Alqr ^{es} . -----	\$150
Feijão -----	\$030
Arroz em casca -----	\$020
Azeite de amendoim --- med ^{as} -----	\$032
Tem esta Faz ^{da} 26 Foreiros q rende p ^r anno -----	34\$640

Tem mais dous Foreiroz, q estão p^r amor de D^s. Temos mais huma porção de terras na parage chamada Ipiranga, g' parte com terras do falecido Antonio de Almeida e com terras de Jorge Moreira e Gabriel Roiz seo sogro já defunetos, q' doou a este Mostr^o. o mesmo Miguel Ayres Maldonado debaixo do mesmo legado.

Nas terras desta Fazenda se achão intruzos alguns moradores com quem se pretende litigar.

Achão-se nella Vacas de ubre -----	\$010
Touros -----	\$003
Novilhos -----	\$002
Novilha -----	\$001
Cavalos de carga -----	\$001

Neste anno de 1797 nascerão 3 Bezerros q' morrerão.

Fazenda da Curitiba

No anno de 1761 doou a este Mostr^o. o Cap^{am}. Mor José de Gois e Moraes hum Campo na parage Nometoque na qual existirão cem Vacas q' poderão produzir / tirado o quarto q' pertence ao Fazendeiro / de trez em trez annos ----- Boys ----- \$025

Nada mais pode-se dizer desta Fazenda pela sua distancia e não haver Religiozo q' a possa administrar.

Caza do Sobrado

Tem huma única morada de sobrados no canto da parte direita vindo do Xafariz p^a a Sé, onde mora o nosso Serurgião pelo interesse de nos curar e assistir com Botica.

Terreas

Do canto do Mostr^o. athe a Lapa chamada rua de S. Bento.

Tem 7 moradas de cazas q' rendem por anno cada hua ----- 11\$560

A terceira morada deste numero tem obrigação de dizer se seis Missas annualm^e.

Tem mais 6 moradas de 128 r^s p^r mez q' rendem cada hua ----- 15\$360

Da Lapa athe o Xafariz voltando p^a a Sé.

Tem huma morada com penção de dizer se 15 Missas annualm^e. pela Doadora q' rende p^r anno ----- 15\$360

Na rua q' vai p^a S. Gonçalo.

Tem huma morada antes de chegar ao canto q' rende annualm^e. ----- 11\$520

Tem outra no canto q' rende annualm^e. ----- 15\$360

Outra ao pé de S. Gonçalo q' rende annualm^e. ----- 9\$600

No mesmo pateo no canto a voltar p^a o Quartelam^{to}. huma que rende annualm^e. --- 24\$000

Rua q' vai pelo lado do Quartelam^{to}. da parte de sima.

Tem 6 moradas q' rendem annualm^e. cada huma ----- 9\$600

Descendo do canto pelo Quartel e junto a elle

Tem 3 moradas q' rendem annualm^e. cada huma ----- 9\$600

Descendo pela rua da Sé p^a a rua do Rozario

Tem duas moradas q' rendem annualm^e. cada hua ----- 11\$520

Do Rozario p^a o Rio

Tem duas moradas, huma rende annualm^e. ----- 5\$760

Outra ----- 7\$680

Rua da Boa Vista

Tem 3 moradas q' rendem annualm^e. cada huma ----- 9\$600

Tem mais huma q' rende annualm^e. ----- 11\$520

Outra mais ----- 13\$440

Pateo do Mostr^o.

Tem 5 moradas q' servem de Quartelam^{to} ao Regim^{to} de Mexias, a saber, 2 rendem annualm^e. cada hua ----- 15\$360

Duas q' rendem cada huma annualm^e. ----- 14\$400

E huma rende annualm^e. ----- 12\$000

Tem mais nesta mesma rua 5 moradas q' rendem annualm^e. cada hua ----- 12\$000

Rua q' vai sahir no canto p^a a ponte chamada do Marichal

Tem duas moradas, huma q' rende annualm^e. ----- 11\$520

Outra q' rende annualm^e. ----- 15\$360

Rua do Açû

Tem 4 moradas: a primr^a. rende annualm^e. ----- 7\$680

Segunda rende annualm^e. ----- 9\$600

Terceira rende annualm^e. ----- 12\$000

Quarta rende annualm^e. ----- 11\$520

Tem mais a Capella de N. Snr^a. do Pilar cita na Igr^a. deste Mostr^o. p^a Guizamentos e adorno do seo Altar duas cazas, hua q' serve de quartel aos Mexianos, q' rende annualm^e. -----

----- 15\$360

Outra na Boa Vista q' rende annualm^e. ----- 12\$000

Tem tambem a Capella de S^{ta}. Anna na Igr^a. deste Mostr^o. p^a guizamentos e adorno do Altar huma morada de cazas q' rende annualm^e. ----- 12\$000

Tem outra morada no Rio de Janr^o. pertencente ao m^{mo}. Altar q' rende annualm^e. -----

----- 38\$400

Nenhum dos Bens de raiz forão confirmados por sua Magestade

Renda dos Foros deste Mostr^o.

Tem 17 Foreiros junto a nossa cerca cujo foro rende annualm^e. ----- 18\$060

Escravos do Mostr^o e Fazendas.

Hâ no Mostr^o. p^a serviço delle e dos Religiosos ----- \$014

Na Fazenda de Paraty se achão entre homens, mulheres, velhos, novos e meninos ----\$037

Na Fazenda de S. Caetano se achão entre homens, mulheres, velhos, novos e meninos ----

-----\$039

Na Fazenda de S. Bernardo se achão entre homens, mulheres, velhos, novos e meninos ---

----- \$031

Que tudo somma ----- \$121

Pertence mais hum escravo velho Pedreiro a Capella de N. Snr^a. do Pilar desta Igreja

Dinheiro de Juros

Tem este Mostro. de vários Legados a juros a quantia de 1:291\$715 por credits abonados com fiador ou Epotheca, cujos Legados são os seguintes

Em 1722 Manoel Fernandes Velho p^a se cantar hua Missa em dia de S^{ta}. Anna e dizer mais 16 annualm^e. deo 250\$000 q' rendem annualm^e. ----- 12\$500

Em 1727 Custodia Paes deo 100\$000 p^a dos juros se dizerem 15 Missas q' rendem annualm^e. ----- 5\$000

Em 1667 O Cap^{am}. Francisco de Cammargo deo 400\$000 p^a se lhe dizer hua Missa em todas as segundas fr^{as}. do anno cuja quantia rende annualm^e. ----- 20\$000

Em 1727 Matheus de Mattos deo humas terras q' se venderão em S. Roque p^r 64\$000 p^a se dizer hua Missa annualm^e. no dia do m^{mo}. Sto. cuja quantia rende de juros ----- 3\$200

Em 1660 Salvador do Valle deo humas cazas na Villa de Santos a qual se vendeo p^r preço de 25\$000 p^a se dizer annualm^e. hua Capella de Missas, cuja quantia rende de juros annualm^e. ----
----- 12\$600

Em 1714 José Ramos deo 400\$000 p^a dos juros se fazer huma festa a N. Snr^a. da Assumpção com Senhor exposto, Sermão, Missa cantada annualm^e. , cuja quantia rende de juros -
----- 20\$000

Em 1656 Pedro Fernandez Aragonés deo 200\$000 p^a dos juros se dizer huma Capella de Missas annualm^e. , o q' se cumpre tendo se este capital perdido p^r falência do seo devedor.

Em 1720 José Ramos deo mais 150\$000 p^a dos juros se comprar azeite p^a a alampada do SS^{mo}. o q' se cumpre não obstante perder se este Capital p^r falência de seo devedor.

Este he todo o rendim^{to}. existente do fundo desta Incorporação.

Mosteiro de S. Bento da Cid^e. de S. Paulo aos 17 de Agosto de 1797

D. Fernando da M. de M.

D. Abb^e. de S. B^{to}. de S. Paulo

Relação do Estado actual deste
Hospício de N. Snr^a. do Desterro da Villa da
Parnaíba

Na Era de 1643 doou aos Monges de S. Bento o Cap^{am}. Andre Feraz huma Capelinha de N. Snr^a. do Desterro q' elle tinha erigido p^a fazerem seo Convento doando p^a o mesmo fim huma Fazenda q' tinha meia legoa da Villa, Cazas, huma vinha e mais arvores e tambem mais 300 braças de testada e meia legoa de Certão e outros bens constantes da Escritura, com a obrigação de dizer se huma Missa pela sua alma todos os mezes e nada do q' consta a Escripura existe e so

se possui o pequeno terreno, onde está o Hospício, com sua limitada cerca; cumprindo se sem falência a Missa todos os meses.

Não existe mais Monge nelle Sacerdote, Leigo ou Donato q' o Prezid^{te}. q' a governa.

Bens de Raiz

Possuia este Hospício huma Fazenda intitulada S. Quiteria q' se comprou p^r duas mil Missas com 650 braças de testada e meia legoa de Certão; a qual p^r estar já infrutífera e sem matos se trocou p^r outra igual ou maior porção de terras e matos Lavradores na Freg^a. de S. Roque em o anno de 1795 com o Coronel Policarpio Joaquim, donde se colhe annualm^e. Alqr^{es}.

De milho ----- \$140

De feijão ----- \$016

De Arroz ----- \$009

Existe na d^a Fazenda Cavalo ----- \$001

Possue mais 500 braças de testada e meia legoa de Certão p^r compra q' fes em 1748 a João Frz., e sua m^{er}. Colapsa Maria, q' p^r estéreis nada rendem.

Tem mais 500 braças de testada e meia legoa de Certão compradas a Antonio Leite e sua m^{er}. Maria Jorge em o anno de 1771 por preço de 136\$000 no lugar chamado S. André a qual esta arrendada e rende annualm^e. ----- 6\$400

Cazas térreas

Tem três moradas na Cid^e. q' servem de Quartel ao Regim^{to}. de Mexias, q' rende p^r anno cada huma ----- 12\$000

Tem mais huma morada na rua da Boa Vista q' pertencem ao Altar de N. Snr^a. da Conc^{am}. desta Igreja q' com dinhr^o. q' deixou Ignez Dias se comprou p^a fazer se a festa da mesma Snr^a, como determinou a Doadora se fizesse annualm^e, e rende cada anno ----- 11\$520

Juros

Tem mais este Altar da mesma deicha cem mil r^s. a juroz, q' deve o R. José de Medr^{os}., q'
rende annualm^e. p^a a referida festa ----- 5\$000

Escravos

No Hospício p^a o serviço delle ----- \$001

Na Fazenda, a excepção de hum aleijado ----- \$007

Este he o fundo, e todo o rendem^{to}. deste Hospício

Fr. Ant. de S. José Cajardo

Prezid^{te}.

Relação do Estado actual
deste Hospício de S. Bento da Villa de
Sorocaba, o qual foi fundado pelo Doador
Balthazar Fernandes na era de 1674

Religiozo que existe

O R. P^e. Presidente ----- 1

Bens de Raiz

Huma legoa de terras no rocio da Villa, onde esta fundado o Hospício doada pelo m^{mo}.
Fundador Balthazar Fernandes pr. Titulo de escriptura na m^{ma}. era de 1674.

Nestas mesmas terras tem vários Foreiros q' rendem annualm^e. ----- 16\$000

Huma Chacra q' se acha no limite das ditas terras aforada a, Jeronimo Pais de Alm^{da}. e
rende annualm^e. ----- 12\$800

Huma Fazenda de criação de huma legoa em quadra no bairro de Sarapohy sita no termo da Villa de Itapetininga p^r. titulo de Sismaria, alcansada em nome do Snr' Conde da Ilca do Principe na era de 1674 na qual actualm^e. se achão

Bois -----	\$050
Vacas -----	\$100
Egoas -----	\$011
Potrinhos -----	\$002
Cavalos pastores -----	\$002
Ditos de serviço -----	\$004
Aqual annualm ^e . produz o rendim ^{to} . de -----	8\$530

Cazas

Huma morada de cazasa térreas junto ao Mostr^o. de S. B^{to}. de S. Paulo, q' se acha servindo de Quartel, rende cada mez ----- \$960

Huma morada de cazas térreas nesta Villa de Sorocaba na rua da Penha, q' rende cada mez ----- \$480

Escravos

Há no Hospício hum negro e duas negras ----- \$003

Há na Fazenda de criar hum mulato ----- \$001

4

Tem de legado q' deixou o Doador 13 Missas q' se dizem todos os annoz.

Snr. Francisco de S^{za}. Maria Pres^{te}.

Anexo 3

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3

Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.

Relação do Estado actual deste
Hospício de S. Bento da Villa de Jundiah, y,
o qual foi fundado p^r Estácio Ferr^a
em terras dadas pela Camera da m^{ma} Villa
no anno de 1667

Religiozos que existem nelle

O P^e Prezidente

Bens de Raiz

Tem huma sorte de terras de cem braças dadas pela Camera p^a fundação do Hospício.

Tem mais outra sorte de terras doadas pelo Fundador Estácio Ferr^a com a penção de se lhe dizer huma Missa todas as sextas fr^{as} do anno e dar sepultura aos seoz descendentes, cujo legado se cumpre.

Tem mais outra sorte de terras dadas pela Camera da banda dalém do Ribeirão Coapeba, correndo da barra do d^o Ribeirão thê entestar com as terras de Estácio Ferr^a.

Tem mais outra sorte de cem braças de terras e meya legoa de certão compradas p^r preço de 10\$000.

Tem mais outra sorte de duzentas braças de terras compradas ao Cap^{am} Dom^{os} Lopes.

Tem mais duz^{tas} braças de terras na parage chamada Iapy q' as houve p^r doação q' dellas fês Pacoal de Louveira, e sua m^{er} Izabel de Siq^{ra} Leme.

Tem mais 450 braças de terras na parage chamada Rio abaixo, q' se comprou de Ursula Nogr^a p^r preço de 23\$500.

Tem mais huma Sismaria de terras no Caminho de Goyazes, no qual estão m^{tos} moradores intruzos sem titulo algum.

Em todas estas terras q' estamos de posse tem dez Foreiroz, e rendem annualm ^e em dinhr ^o	
-----	5\$480
Em milho ----- Alq ^{es} -----	\$010
Tem huma morada de cazas junto ao Hospício q' rende annualm ^e -----	3\$840
Tem mais huma morada de cazas distante da Villa meyo quarto de legoa q' rende annualm ^e -----	8\$000
Bens Moveis	
Vacas parideiras no rocio da Villa -----	\$016
Bois, Novilhos, Novilhas e Bezerros de 2 annos -----	\$037
<u>Bezerros deste anno q' hê o rendim^{to} -----</u>	<u>\$006</u>
Escravo p ^a o serviço do Hospício -----	\$001

Isto hê o rendimento, e o q' possui este Hospício

Jundiahy aos 16 de Agosto de 1797

Fr. Fernando de S. Gertrudes Cardozo

Prezidente

Anexo 4

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 4 (1798-1808)

Ofícios, cartas e requerimentos diversos, minutas – inquirições, etc... sobre vigários e conventos diversos – 40 documentos.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr

Como o Provincial dos Bentos me pedio com grande instancia, tirasse a Fr. Manuel da Purificação da Aldêa dos Pinheiros, por não ter religiosos em o seu Convento: eu provi em seu lugar ao P^e Antonio Ribeiro, p^r ter este alli o seu sitio, e sujeitar-se a cura de Almas dos Indios, pois só elle podia supprir esta falta visto não haver cōgrua estabelecida para o Parocho d'aquella Aldêa. A vista doque V. Excell^a me diz que eu o privo d'aquelle ministério e dezejarei se determine huã cōgrua para a sustentação do Parocho, para enviar qualquer sacerdote a administrar o posto espiritual aos mesmos Indios, cuja salvação dezejo igualm^{te} como de todos os mais; e por isso não me dá pequena afflicção ver que muitos dos Directores, esquecidos das suas obrigaçoens, alem de se servirem dos mesmos Indios para interesses seus, muitas vezes não os deixão ir a missa, nem ainda lês dão licença para satisfazerem na quaresma aos preceitos da Igreja, sendo necessário aos parochos usarem de altar portátil, para os desobrigar em qualquer parte que os achão. Em tudo dezejo cumprir com as determinaçoens de V. Excellencia, a quem respeito, venero, e amo, e por isso rogo a Deos guarde a V. Excell^a muitos annos.

Sam Paulo 20 de junho de 1799

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr Antonio Manuel de Mello Castro e Mendoça

D.Matheus de Abreu Cr^a (...)

Anexo 5

Caixa 79 – Ordem 437 – Livro 219 (1765) - *Receita e despesa – 1 livro de assentamento da contratos, (passagem de rios e caminhos, balsas, entrada na minas), despesas várias (c/ administração de aldeias e outras)*

Nº 22

Livro de Contratos e Numeros das Aldeas

Lista da Relação desta Capitania e dos Administradores p^a ellas nomeados; 74

Aldea dos Pinhr^{os} distante desta Cid^e legoa e meya: he do Padroado Real, administrada no Espiritual pelos P^{es} Beneditinos, aq^m será annualm^{te} 25\$rs. E será vinho e hóstia; e no Temporal por Fran^{te} Pr^a Alender.

Este Livro para Alfandega da b^a de Santos tem cento e noventa e cinco folhas numeradas e rubricadas na mesma forma que esta e (...) acaba em cento e noventa e trez sê porque leva duplicado o nº 13 e o nº 96 (...)

26 de Abril de 1739

(...) de Souza Menezes

Anexo 6

Caixa 9 – Ordem 235 – Pasta 1 (1722-1797)

Documentos diversos

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr

Contemplando se em Camara de 4 do corrente, nas grandes ventagens que teria tido essa Cidade no seu prospecto, senela tive se auido um plano regular, asentamos uniformemente mandar suspender as obras que seestão edificando na Rua nova que vai da bica chamada do Acúp^a o Recolhimento de N. Sr^a da Luz, thé que V. Ex^a, que tanto se interessa no bem Comum dos seus súbditos, e aumento desta Capital, se digne mandar pelos officiaes Ingenheiros allinhar aquela rua, e ainda as mais que tiverem remédio com a rectidão e largura competente a comodidade dos seus habitantes.

Alguns moradores daquela rua, e pessoas que nella edificando tem feito a esta Camara importunos, e continuados requerimentos, queixando-se dos allinhamentos que nella mandarão fazer os Predecessores de V. Ex^a, que dizem ser contrários uns aos outros, o que não podemos decedir por serem as nossas Luzes assaiz pequenas para este conhecimento alheyo totalmente da nossa Profição; e sobre tudo para que não haja quem se atreva a dizer que no feliz e Iluminado tempo do Governo de V. Ex^a não tivemos quem nos advertise os descuidos, nem emendase os erros.

Deoz q^e a V. Ex^a por m^s ann^s como todos havemos demister. S^m Paulo em Camara de 8 de Julho de 1789

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr Governador, e Capitão General

Francisco José de Sampaio

Antonio da Cunha Lobo

Elesbão Fran^{co}. VazFran^{co}. José de Carvalho

Anexo 7

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 1 (1624-1726)

Documentos diversos sobre vigários, conventos do incidente ocorrido entre religiosos dos conventos de Santos e Conceição – 54 ofícios.

Relação dos conventos que existem ( ) sua vocação, numero de religiosos, inventário dos bens que possuem e sua receita, e deveres, extraída dos esclarecimentos dados pelos Prelados dos mesmos conventos

Benedictinos	Cidade	2	Alem das alfaías, mais ornatos do templo jóias e mobília do convento possue Escravos 10 Casas 6 1 sorte de terras em Parati Districto da Villa de Mogi Junto a estas tem mais duzentas braças Junto a estas tem outra sorte de terras na borda do Campo Tem mais outra sorte de terras em S. Caetano 1 Campo pequeno em Coritiba 1 sitio denominado S. Caetano que se fabrica telhas e tijolos. A sua despesa absorve a receita.

Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Centro de Documentação Histórica

Anexo 8

Caixa 3 – Documento 60

Estados Unidos do Brasil

Estado de São Paulo

TITULO DE PROPRIEDADE DE COLONO

Nucleo Colonial de São Caetano

Numero do lote 24

Area do lote 1.500^{bs} ou 7.260^{m2}

Valor do lote 7.830 reis

O cidadão W. Americo Brasiliense D’Almeida Mello morador do Estado de São Paulo por nomeação do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Fazemos saber que, tendo o colono De Nardi Giovanni comprado o lote de terras nº 24 sito em São Caetano designado no mappa do Nucleo Colonial de São Caetano, no verso descripto, contendo a área de 1500 braças quadradas ou 7.260 metros quadrados, à razão de - - - - por braça quadrada ou por 4,84 metros quadrados, e, achando-se quite com a fazenda publica, fica o mencionado colono De Nardi Giovanni investido do direito de propriedade nas terras comprehendidas no mesmo lote, e com elle sujeito não só às leis e regulamentos geraes, como ainda às condições e obrigações especiais, além de outras inherentes ao regimen colonial. E para firmeza lhe foi passado pela Delegacia de Terras e Colonisação o presente título de propriedade que vae por mim assignado

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 12 de Março de 1891.

Assinatura

O Delegado da Inspectoria de Terras e Colonisação

Assinatura

(verso)

Título de propriedade do lote de terras nº 24

Do Nucleo Colonial de S. Caetano passado a favor de De Nardi Giovanni e registrado sob nº 304 fls. 278 do Livro nº 1 dos títulos da mesma colônia.

Registro sob nº 304

Fls 278 do livro 1

6-4-91

Caracteristicos do Immoveel

Partindo do marco collocado entre este lote e os de n^{ros} 26, 25 e 1 com o rumo de 87° S. E. medio se 44^m até encontrar se o marco collocado entre este lote e os de n^{ros} 1, 2 a 23; d'ahi com o rumo de 3° N. E. medio se 165^m até encontrar o marco de divisa entre este lote e o de nº 23, situado a margem da Estrada de rodagem para a Capital; d'ahi com o rumo de 87° N. O. medio se 44^m até encontrar se o marco collocado entre este lote e os de nº 25 situado a margem da estrada de rodagem para a Capital; d'ahi finalmente com o rumo de 3° S. O. medio se 165^m até o ponto de partida.

São confrontantes: ao norte a Estrada de rodagem, do sul o lote n^{ro} 1 pertencente a Dalcio Giacomo A leste o lote n^{ro} 23 pertencente a Dinardi Celesti A oeste o lote n^{ro} 25 pertencente a Dalcio Giacomo. A área deste lote é de 7,260^{m²} ou 1500^{bs}.

S. Paulo, 12 de março de 1891

Assinatura

FONTES

Manuscritas:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 1 (1624-1726) – 54 ofícios.

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 3 (1768-1798) – 54 ofícios.

Caixa 3 – Ordem 229 – Pasta 4 (1798-1808) – 40 documentos.

Caixa 79 – Ordem 437 – Livro 219 (1765) – Receita e despesa.

Caixa 9 – Ordem 235 – Pasta 1 (1722-1797) – Documentos diversos.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Caixa 3 – Documento 60

Banco de dados fotográfico – Códigos 55, 3348, 3349, 3983, 7327, 9577.

Impressas:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo
Publicação Oficial, Vol. V. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo
Publicação Oficial, Vol. VI. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1902.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo
Publicação Oficial, Vol. VII. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1902.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo
Publicação Oficial, Vol. VIII. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. IX. São Paulo: Yguatemy, Escola Typographica Salesiana, 1901.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XVIII, Avisos e Cartas Regias (1714-1729). São Paulo: Typographica Aurora, 1896.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XIX, Correspondencia do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza 1767-1770. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1896.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XX, Correspondencia interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes 1721-1728. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XXIV, Cartas Regias e Provisões 1730-1738. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, SP.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XXVIII, Correspondencia do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1775-1778. São Paulo: Typographica Andrade, Mello & C., 1898.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XLVI, Offícios do General Bernardo José de Lorena aos diversos funcionarios da Capitania 1788-1795. São Paulo: Duprat & Comp., 1924.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XLVII. São Paulo: Casa Vanorden, 1929.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. XLVIII. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1929.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LIII. São Paulo: Imprensa Oficial, 1931.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LIV. São Paulo: Imprensa Oficial, 1932.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LV, Correspondencia oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta 1802-1804. São Paulo: Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LVII, Correspondencia oficial do C Capitão General Antonio José da Franca e Horta 1806-1810. São Paulo: Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LIX, Correspondencia oficial do C Capitão General Antonio José da Franca e Horta 1810-1811. São Paulo: Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LX, Ordens Regias e Avisos sobre o Conselho Militar 1808-1822 . São Paulo: Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937.

Documentos Interessantes Para a História e Costumes de S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo Publicação Oficial, Vol. LXI, Ordens Regias e dos Generais Relativas á Legião 1808-1814 . São Paulo: Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Secretaria da Educação e Saúde Pública, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. LXIX, Officios do

Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). Aos Vice-Reis e Ministros 1771-1772. São Paulo: Tip. Globo, 1946.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Secretaria da Educação e Saúde Pública, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. LXX, Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha. Aos Diversos Funcionários da Capitania 1775-1776. São Paulo: Tip. Globo, 1946.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. LXXII, Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus) 1765-1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 82, Ofícios do General Martim Lopes de Saldanha (Governador da Capitania) 1779-1780. São Paulo: 1956.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 84, Ofícios do General Martim Lopes de Saldanha (Governador da Capitania) 1782-1786. São Paulo: 1961.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 85, Ofícios do General Francisco da Cunha Menezes (Governador da Capitania) 1782-1786. São Paulo: 1961.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 86, Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo. Anos de 1824-1829. São Paulo: 1961.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, Vol. 87, Ofícios do Capitão General Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça (Governador da Capitania) 1797-1801. São Paulo: 1963.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO:

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1562-1596), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. I. São Paulo: Duprat & Cia., 1914.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. II. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1622-1629), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. III. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1629-1639), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. IV. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1640-1652), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. V. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1653-1678), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. VI. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1679-1700), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. VII. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1701-1719), Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo, Vol. VIII. São Paulo: Typographia Piratininga, 1916.

Arquivo do Estado de S. Paulo. Publicação Oficial. Documentos Interessantes para A História e Costumes de São Paulo, Vol. 44. Diversos. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915.

Registro Geral da Camara Municipal de S. Paulo (1583-1636), Publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo, Vol. I. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

Relatório de 1916. Apresentado a Camara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luis Pereira de Souza. Volume I. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

Relatório de 1919. Apresentado a Camara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Firminiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Volume XV. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Volume XVI. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Volume XVII. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Volume 18 a 20. Documentação Histórica. Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1935.

Revista do Arquivo Municipal. N. XIX. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1936.

Revista do Arquivo Municipal. N.XXI. Departamento de Cultura São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1936.

ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO:

JOHNSON, Dom Martinho. (O. S. B.). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. (Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do mosteiro, por dom Martinho Johnson, O. S. B.), 1977.

BIBLIOGRAFIA

Abadia São Geraldo. *Meio século de uma história 1953-2003*. São Paulo: Abadia São Geraldo, 2002.

ALI, Manuel Said. *Investigações Filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975.

AMARAL, Antonio Barreto do. *O Bairro de Pinheiros*. Série: História dos Bairros de São Paulo. Vol.2: Pinheiros. 3ª edição, 1985.

AMARAL, Aracy A. *A Hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

ANDRADE, Antonio de. *Por que aqui?* Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 1, Numero 2, dezembro/1989. Disponível na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Centro de Documentação Histórica.

AZEVEDO, Aroldo de. *A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. Vol. II. Os Subúrbios Paulistanos. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

----- *A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. Vol. IV. Os Subúrbios Paulistanos. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*; São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. I Arraial dos Sertanistas (1554-1828). São Paulo: Hucitec, 1991.

----- *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. II Burgo de Estudantes (1828-1872). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1954.

----- *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. III Metrópole do Café (1872-1918). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1954.

CAPUCCI, Victor Zappi; **Fragmentos de cerâmica brasileira**; São Paulo: Ed. Nacional; 1987.

DALGLISH, Lalada. *Noivas da Seca. Cerâmica Popular do Vale do Jequitinhonha*. 2ª Ed.; São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

ENDRES, P. José Cohr. *A ordem de São Bento no Brasil quando Província (1582-1827)*. Bahia: Beneditina Ltda., 1983.

ENOUT, João Evangelista, O. S. B. *A Regra de São Bento*. 1ª edição, Bahia: Beneditina Ltda., 1958.

Ensaio Paulistas. (Contribuição de “O Estado de São Paulo” às comemorações do IV Centenário da Cidade). São Paulo: Anhambi S/A; 1958.

FRANK, Gerhard; *Artesanato em barro*; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

GARBELOTTO, Oscar. *Da velha capela de 1877 à Matriz Velha de 1927: o símbolo da religiosidade dos pioneiros*. Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 1, Número 1, julho/1989. Disponível na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Centro de Documentação Histórica.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. São Paulo: Estampa, 1965.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

----- *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*; 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 37ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1976.

----- *História e Desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.

----- *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

LABARE, Albert. *História do Livro*. São Paulo: Cultrix, 1981.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LUNA, Dom Joaquim G. de, O. S. B. *Os monges Beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.

MARTINS, José de Souza; *A escravidão em São Caetano (1598-1871)*. São Paulo: Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama, 1988.

----- *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*. São Caetano do Sul, 1957.

----- *Subúrbio, Vida Cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 2ª edição, 2002.

----- *Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

MONTEIRO, John Manuel; *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, 5ª reimpressão, São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

NEVES, Prof. Celso; ZAMITH, Dom Abade Joaquim de Arruda (O. S. B.); MARINO, João; NUNES, Ruy; NIGRA, Dom Clemente da Silva (O. S. B.); JOHNSON, Dom Martinho (O. S. B.); Documento de 1766. *Mosteiro de São Bento S. Paulo*. São Paulo: Companhia Antarctica Paulista, 1988.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone; EMÍDIO, Teresa. *Desenhando São Paulo. Mapas e Literatura: 1877 – 1954*. São Paulo: Senac São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

PLÍNIO, o Velho. *História natural*. Tradução: Magnólia Costa (coord.), Ed. 34, 2004.

PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PREZIA, Benedito A.; *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*; São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP; 2000.

RAMOS, Adriana M. C.; SOUZA, Monica de. *Cotidiano e História em São Caetano do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1992.

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira: Universidade de São Paulo, 1982.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2000.

REIS, Paulo Pereira dos, *O indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas*; São Paulo: Governo do Estado; 1979.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SCANTIMBURGO, João de. *Os paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, (monge beneditino). *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade – Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1971.

TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*. São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

----- *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

----- *São Paulo nos Primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. Coordenação de Paulo Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

----- *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Obliquypress, 1953.

XAVIER, Sonia Maria Franco. *Olarias trazem industrialização à cidade*. Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 1, Numero 1, julho/1989. Disponível na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – Centro de Documentação Histórica.

MONOGRAFIAS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES:

ALAMBERT, Clara Correia d'. *O Tijolo nas Construções Paulistanas do Século XIX*. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado, FAU/USP. Disponível na Biblioteca do Arquivo Histórico de São Paulo.

ALVES, M. A. *Culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudos tecnotipológicos*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.revista.usp.br/revmae/article/download/107946/106289> - Acesso: 13/03/2016.

CARRASCO, Laís Barbudo; CRIPPA, Prof^a. Dr^a. Giulia. *Codicologia e Disseminação Digital. Conservação, circulação e memória*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Ribeirão Preto/ SP, 2009. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=509&numeroEdicao=18> - Acesso em: 25/05/2013.

CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. *A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina reflexo da estruturação social vigente*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. – Revista de Humanidade. UFRN. Caicó (RN), v.9.n.24, Set/out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.urfn.br/mneme/anais - Acesso em: 05/05/2013.

CARVALHO, Cristina Toledo de. *A presença dos Monges Beneditinos na São Paulo Colonial (1598- 1792)*. Pesquisadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul/SP. Licenciada em História pela Universidade do Grande ABC. Disponível na Biblioteca do Mosteiro de São Bento em São Paulo.

COLLIN, Sílvio. *Técnicas construtivas do período colonial*. Publicado em 06/09/2010. Disponível em: <http://coisasdaarquitectura.files.wordpress.com/2010/06/tijolos-de-adobe001.jpg> - Acesso em: 31/08/2013.

DIAS, Elizangela Nivardo. *A história, a Codicologia e os Reclames*. Mestranda da área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.historia.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/amteriores/edicao04/materia01/codicologia.pdf - Acesso em: 25/05/2013.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Os Beneditinos, Tibães e o Barroco. Entre o esplendor da arte e a emoção religiosa*. Departamento de Ciências e Técnicas do património da Faculdade de Letras do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7437.pdf> - Acesso em: 15/03/2013.

FERNANDES, Maria. *A Taipa no Mundo*. CEAUCP/CAM – Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/9120> - Acesso em: 23/09/2013.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências*. Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp. Cienc. Cult. Vol.65 nº2 São Paulo. 2013. Disponível em: www.cienciaecultura.bvs.br – Acesso em: 25/02/2016.

LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. Disponível em: <http://dited.bn.pt/30453/1442/1866.pdf> - Acesso em: 15/03/2013.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. *O objeto material como documento*. Património cultural: políticas e perspectivas organizado pelo IAB/ CONDEPHAAT, 1980.

MORAS, Andrea; SASTRE, Priscila T. de Nadai; SERRALVO, Francisco Antonio. *Fenômeno de Vendas: Perspectivas Atitudinais dos Consumidores de Alta Renda na Região da Rua 25 de Março*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/733.pdf> - Acesso 10/05/2011.

PISANI, Maria Augusta Justi. *Taipas: A Arquitetura de Terra*. Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan./jun. 2004. Disponível em:
http://www.cefetsp.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2004_n1/pdf_s/segmentos/artigo_01_v5_n1.pdf - Acesso em: 23/09/2013.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Os Tupis de Piratininga. Acolhida, resistência e colaboração*. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Antropologia), sob orientação da Prof^{ra} Dr^a Lucia Helena Vitalli Rangel, Pontífica Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP, 2008. Disponível no Arquivo Histórico de São Paulo.

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 1, Número 1, julho/1989.
 Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 1, Número 2, dezembro/1989.
 Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 2, Número 3, julho/1990.
 Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 3, Número 4, janeiro/1991.
 Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 3, Número 5, julho/1991.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 3 , Número 6, janeiro/1992.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 3 , Número 7, julho/1992.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 4 , Número 8, dezembro/1992.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 5 , Número 9, julho/1993.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, Ano 5 , Número 10, dezembro/1992.

Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Ano VII, Nº14, julho/1996. Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

Revista Raízes, publicação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Ano XII, Nº 24, dezembro/2001. Disponível em:http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. *Para além do claustro: Uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, C.1580 – C.1690*. Niterói: Universidade Federal

Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1330.pdf - Acesso em: 28/04/2011

TAVARES, Cristiane. *Os Beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2004.

Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2004/cristiane_tavares.pdf - Acesso em: 15/03/2013.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu e; *Programa de Prospeção e Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298 – Bairro Pinheiros, Município de São Paulo – Estado de São Paulo. Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Relatório Final*; Dezembro de 2012.

SITES:

<http://www.terrapaulista.org.br/artes/artesplasticas/saibamais.asp> - Acesso em 09/03/2012.

<http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg13/Reg13SaoCaetano.htm> - Acesso em 10/03/2012.
(Breve história de São Caetano).

<http://www.filoinfo.bemvindo.net/filosofia/modules/lexico/entry.php?entryID=2068> - Acesso em 06/05/2012. (Patrística).

<http://mb-soft.com/believe/ttn/monastic.htm> - Acesso em 06/05/2012. (Monaquismo).

<http://www.filologia.org.br/xcnlf/9/06.htm> - Acesso em 25/05/2013 (A produção do Livro impresso e os Reclames).

<http://www.coladaweb.com/literatura/literatura-brasileira> - Acesso em 23/03/2014.

http://sampa.art.br/index.php?option=com_content&view=article&id=271:tamanduatei&catid=65:historia-da-cidade&Itemid=535 - Acesso em 19/06/2014.

<http://www.barroco.gctec.com.br/ofecar.htm> - Acesso em 17/07/2014.

www.ateliesj.com.br - Acesso em 06/01/2016.

www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28 - Acesso em 25/02/2016.

www.cm-viladoconde.pt - Acesso em 02/04/2016.

http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_001.pdf - Acesso em 2014/ 2015/ 2016.

(Revistas Raízes. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).

<https://direitasja.com.br/2012/05/17/a-conquista-do-brasil-parte-ii/-Acesso24/04/2016>.

(Conquista do Brasil, parte1).

www.infoescola.com – Acesso 30/04/2013.

<http://caderno-memoria-do-abc-publicacao-mensal-do-grupo-memoria-do-abc-da-faculdade-de-sao-bernardo-do-campo-sp-n-1-julho> – Acesso 10/03/2016. (Caderno Memória do ABC. Publicação mensal do Grupo Memória do ABC da Faculdade de São Bernardo do Campo – SP- N. 1 – Julho de 2006).

www.infopedia.pt - Acesso 01/05/2016.

Registros fotográficos:

Museu das Telhas

Av. Santo Amaro, 4021, São Paulo – SP.

Responsável: Sr. Carlos Pereira Neto